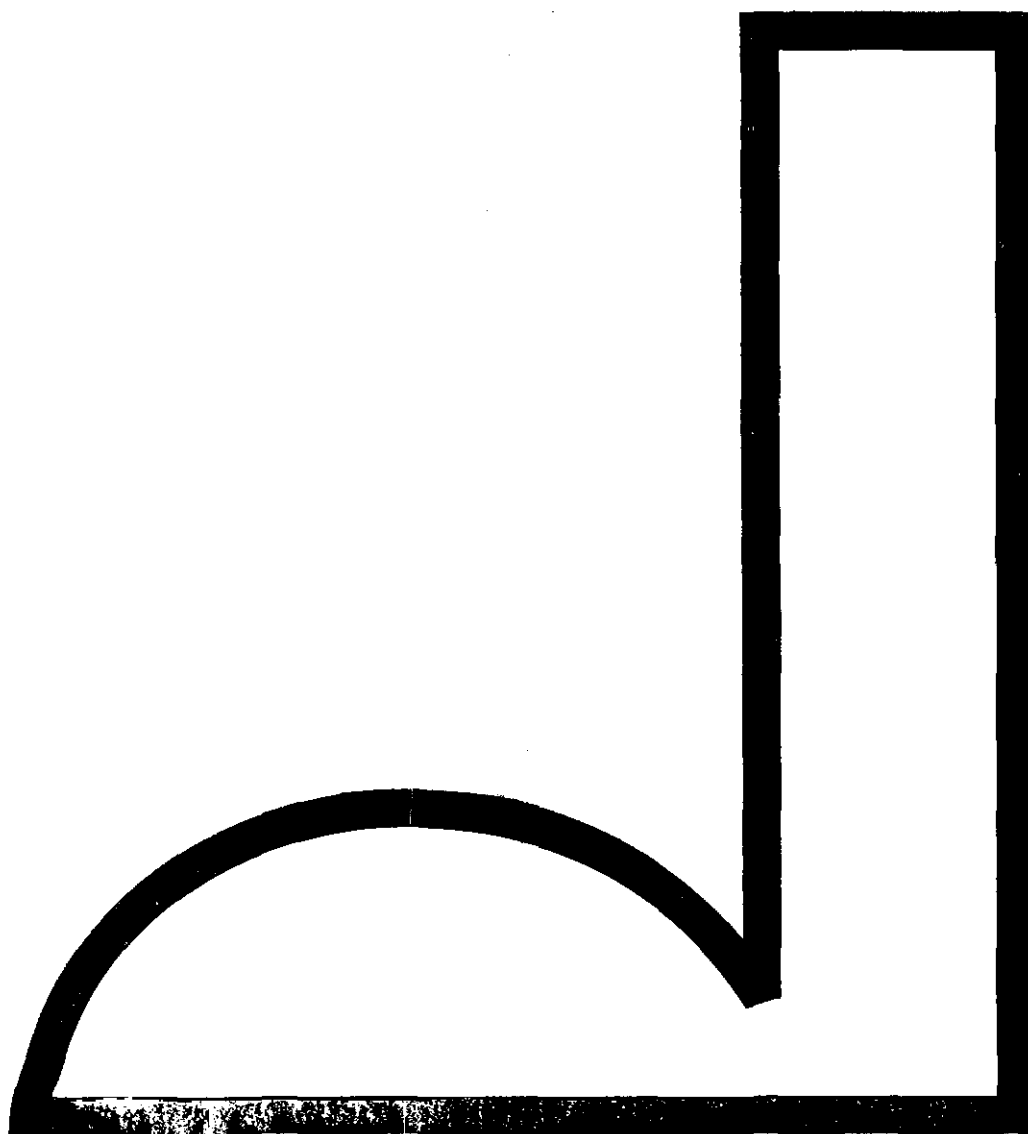




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúcio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Juch</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10 Líder <i>Halsetta Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Pérez</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Padre Piva</i> <i>Romero Juch</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Santarini</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agacil da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudemir Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Warner Padua</i> Diretor da Subsecretaria Industrial		<i>Raimundo Carneiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ass <i>Denise Ortega de Baeta</i> Diretora da Subsecretaria de Telegestão

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 68ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 29 DE MAIO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nº 541, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 88 e 300, de 1999, de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião, respectivamente, que altera dispositivos das Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, e que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional. 10997

Nº 542, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1995 (nº 4.329/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal. 11002

1.2.2 – Ofícios do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nº 51/2000, de 17 de maio do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo aos Projetos de Lei do Senado nº 88 e nº 300, ambos de 1999, de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião, que estabelece normas para as eleições e institui o Código Eleitoral; e institui o sistema de lista fechada na eleição proporcional, respectivamente, em reunião realizada nesta data. 11003

1.2.3 – Comunicações da Presidência....

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projetos de Lei do Senado nºs 88 e 300, de 1999, que tramitam em conjunto, cujo parecer foi lido anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 11003

Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1995, cujo parecer foi lido anteriormente,

para que a matéria continue sua tramitação. 11003

Presença na Casa do Senhor Clodoaldo da Silva Torres Filho, suplente convocado da representação do Estado de Pernambuco, em virtude do afastamento do titular, Senador Carlos Wilson. 11003

1.2.4 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senhor Clodoaldo da Silva Torres Filho.

1.2.5 – Comunicação

Do Senador Clodoaldo Torres, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar. À publicação. 11005

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR CLODOALDO TORRES – Discurso de posse de S. Exa. no Senado Federal. 11005

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Cumprimentos ao Senador Clodoaldo Torres pela posse, em substituição ao Senador Carlos Wilson. Homenagem pelo transcurso do aniversário do município de Caracará, no Estado de Roraima. Apoio à instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os institutos de pesquisas. 11006

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 122, de 2000 (nº 706/2000, na origem), de 25 do corrente, do Senhor Presidente da República, comunicando que se ausentará do País no período de 30 de maio a 6 de junho de 2000, para realizar visita de trabalho à República Federal da Alemanha e à República Francesa. À publicação. 11006

Recebimento da Mensagem nº 123, de 2000 (nº 708/2000, na origem), de 25 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicitando que seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, em três bilhões, trezentos e trinta milhões de reais, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo dois bilhões e duzentos e vinte milhões de reais a serem contratados no corrente exercício e um bilhão, cento e dez milhões de re-

ais, em 2001. À Comissão de Assuntos Econômicos.	11007	Federal, de substituição de membros nas Comissões de Educação e de Assuntos Sociais.	11039
1.2.8- Discursos do Expediente (continuação)		Nº 74/2000, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membro na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	11039
SENADORA THELMA SIQUEIRA CAMPOS – Agradecimentos ao Presidente da República pela visita ao Estado de Tocantins. Comentários à atuação das mulheres na Política e no Poder.	11007	1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas ao governo do Distrito Federal pela ausência de política de combate ao desemprego.	11009	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre a saúde da mulher em virtude da proximidade do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e do transcurso, no último dia 28 de maio, do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna.	11039
SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Esclarecimentos sobre notícias veiculadas no último fim de semana envolvendo S. Exa. com o grupo Incal.	11012	SENADOR SÉRGIO MACHADO – Participação no último dia 19 de maio, do I Seminário Cearense de Pesca – I SEMCEPESCA. Homenagem de pesar pelo falecimento do jornalista Dorian Sampaio.	11042
SENADORA MARINA SILVA – Considerações sobre pesquisa de opinião na qual a população acredita na compatibilidade entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.	11016	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários sobre a necessidade de mudanças na elaboração da Lei Orçamentária. Realizações do Governo do Estado de Pernambuco, em prol do desenvolvimento econômico e social.	11029	2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Usina Luís Eduardo Magalhães, no Estado do Tocantins.	11033	Convocação de reunião a realizar-se no dia 31 de maio próximo, quarta-feira, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do parecer do Senador Jefferson Péres, na condição de relator da Representação nº 2, de 1999.	11045
SENADOR MOREIRA MENDES – Apelo ao Presidente da República para a valorização dos servidores públicos.	11036	3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR JONAS PINHEIRO – Homenagem de pesar pelo falecimento do Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Desembargador Wandyr Clait Duarte.	11038	Nºs 586 a 591, de 2000.	11046
1.2.9 – Ofícios		4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nºs 72 e 73/2000, de 29 do corrente, respectivamente, da Liderança do PFL no Senado		5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 68ª Sessão Não Deliberativa em 29 de maio de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
das Sras. Marina Silva e Thelma Siqueira Campos*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 541, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs. 88 de 1999 de autoria do Senador Lúcio Alcântara, e 300, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que, respectivamente, altera dispositivos das Leis nºs. 9.504, de 30 de setembro de 1997, que 'Estabelece normas para as eleições', e 4.737, de 15 de julho de 1965, que 'Institui o Código Eleitoral', e que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

Vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, os projetos de lei em epígrafe, com o objetivo de alterar a legislação eleitoral para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.

Com a apresentação da emenda nº 1, de autoria do ilustre Senador Sérgio Machado, ensejou-se a possibilidade de introduzir várias alterações com vistas a aperfeiçoar o Projeto de Lei do Senado nº 300,

de 1999, de autoria do não menos ilustre Senador Roberto Requião.

A emenda alvitada pelo representante do Ceará oportunizou-nos, outrossim, incorporar ao texto alguns pontos inteiramente aproveitáveis, e compatíveis com o PLS 300/99, constantes do Projeto de Lei do Senado Federal nº 88, de 1999, de autoria do preclaro Senador Lúcio Alcântara, o que também premia o esforço de Sua Excelência sua notável contribuição a esta construção coletiva que é a elaboração de uma lei.

Além disso, sentiu-se este Relator no dever de apor ao Projeto alguns elementos que pudessem assegurar texto mais equilibrado, ora suprimido, ora modificando, ora compatibilizando, sem ferir os propósitos e a essência das propostas originais.

A emenda proposta pelo Senador Sérgio Machado traz três modificações importantes:

1. O critério para aferição do número de vagas a que terá direito cada lista partidária (a lista fechada e a aberta) resultará de uma exata divisão pela metade do número de vagas obtido após o cômputo dos votos dados à lista fechada;

2. A circunscrição eleitoral é constituída por todo o Estado ou Município onde se derem as eleições proporcionais;

3. Os deputados eleitos a partir da lista partidária aberta deverão sua eleição aos votos obtidos pelo Partido na votação conferida à lista partidária fechada, o que caracteriza inequivocamente um fortalecimento dos vínculos e compromissos partidários dos eleitos.

Do PLS nº 88/99 aproveitamos a conceituação de lista partidária, procurando diferenciar nitidamente lista partidária fechada a lista partidária aberta.

Entendemos correta a proposta do Senador Alcântara no sentido de assegurar aos detentores de mandato lugar nas listas partidárias. Introduzimos, por entender ser a forma mais justa e equilibrada, o direito de opção. Poderá o Deputado escolher a lista da qual participará, de acordo com o perfil da sua atuação e da contribuição que possa dar ao partido. Por outro lado, se concedemos aos detentores de mandato o direito de escolha, não seria também razoável

obrigar aos demais filiados a verem seus nomes obrigatoriamente adstritos a esta ou aquela lista. O candidato que, indicado ou não à lista partidária fechada pela direção partidária, desejar submeter seu nome à convenção na lista de sua escolha, poderá fazê-lo. Por que cuidamos de assegurar esta opção aos filiados? Para impedir que "donos" de máquinas partidárias imponham sua vontade, perseguindo companheiros, confinando-os a uma situação incômoda e não desejada. Se deixarmos esse direito como um poder discricionário dos estatutos partidários, na prática estaremos assegurando tais injustiças e perseguições.

Na condição de Relator da matéria, entendi propor algumas inovações que devem também necessariamente ser expressas na lei e não depender dos estatutos partidários, que – bem o sabemos – não sofrerão os avanços e adaptações que as direções partidárias não quiserem. Por outro lado, podem ocorrer situações de grave prejuízo à idoneidade política do partido e função da presença de um integrante da lista partidária fechada que descumpra o programa ou os estatutos partidários ou que – por atos ou palavras – possa causar grave dano ao conjunto. O exemplo recente vivido pelo ex-Ministro Domingo Cavallo no seu novel partido, na disputa das eleições municipais em Buenos Aires foi bastante ilustrativo.

Por isso, cuidamos de assegurar à direção partidária os mecanismos preventivos e corretivos de situações como recentemente ocorreu no país vizinho, em que o comportamento de uma candidata contaminou toda a lista partidária, com notório prejuízo aos demais. Tais situações podem ocorrer até pela via de ações adrede maquinadas.

Considerando a gama de modificações que acabamos incorporando ao projeto de Lei do Senado nº 300, de 1999, e em respeito à importância da contribuição do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1999, vimos-nos obrigados, por racionalidade, a optar um texto compatibilizado. Sendo assim, nosso voto é favorável a ambos os projetos de lei e à emenda nº 1, com as modificações apresentadas pelo relator nos termos do seguinte:

EMENDA Nº 1-CCJ
(Substitutivo)

Altera a Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o sistema de lista fechada na eleição proporcional.

Dê-se ao art. 1º do projeto de Lei nº 300, de 1999, a redação seguinte.

"Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos".

"Art. 105-A Cada Estado, cada Território e o Distrito Federal terão representantes na Câmara dos Deputados, eleitos na proporção dos votos obtidos pelos partidos políticos, de acordo com as respectivas listas partidárias fechadas.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, a regra do **caput** às eleições para as Assembleias Legislativas e para as Câmaras Distrital e Municipais.

Art. 105-B. Estabelecido o número total de cadeiras que cabe a cada partido de acordo com o critério definido no **caput** do art. 105-A, o preenchimento dos lugares será feito conforme o seguinte:

I – metade por integrantes da lista partidária fechada, obedecida a ordem de precedência estabelecida no § 2º deste artigo;

II – metade por integrantes da lista partidária aberta que tenham obtido votação individual, na ordem decrescente de votos.

§ 1º Na hipótese de o número total de vagas a que tem direito o partido não ser divisível por dois, o número inteiro maior mais próximo do quociente dessa divisão corresponderá ao total de vagas a serem preenchidas por integrantes da lista partidária.

§ 2º A lista partidária a que se refere o art. 105-A será escolhida em convenção por votação secreta, em convenção e integrada por nomes em número, no máximo, igual à metade da representação do Estado na Câmara dos Deputados ou, caso de Deputados Estaduais e Distritais e de Vereadores, à metade das vagas na Assembleia Legislativa, Câmara Distrital e Municipal, respectivamente.

§ 3º O candidato que não integrar a lista partidária fechada poderá ter seu nome submetido à convenção para integrar a lista partidária aberta.

Art. 112. Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

.....
III – os integrantes da lista partidária que excederem o número de eleitos, de acordo com o disposto no art. 105-B.(AC)"

Art. 2º Os artigos a seguir enumerados da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º

§ 1º Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, ou de Vereador, é assegurada vaga na lista partidária aberta relativa ao mesmo cargo, caso seu nome não seja incluído na lista partidária fechada, cabendo-lhe o direito de opção.

§ 2º Lista partidária aberta é aquela destinada ao preenchimento das vagas previstas no art. 105-B, inciso II da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

§ 3º Lista partidária fechada é aquela em que cada partido, em convenção, relaciona os nomes de seus candidatos na ordem de precedência em que serão submetidos ao eleitorado.

§ 4º Será indeferido pela Justiça Eleitoral o registro de listas partidárias que não reservarem pelo menos trinta por cento dos seus integrantes a mulheres, assegurando-lhes posicionamento proporcional na ordem de precedência.

Art. 13.

§ 3º Nas eleições proporcionais a substituição de um ou mais integrantes da lista partidária fechada se efetivará:

- I – por morte ou renúncia;
- II – por grave descumprimento, através de atos ou palavras, do estatuto ou programa partidário;
- III – por declarações ou conduta que representem desabono à idoneidade política do candidato e prejuízo à legenda partidária;

§ 4º-A Cabe ao órgão executivo de direção partidária, no âmbito da respectiva circunscrição, a iniciativa e as providências cabíveis quanto aos incisos I, II e III do parágrafo anterior.

Art. 15. Os candidatos aos cargos majoritários e as listas partidárias fechadas serão identificadas pelo número do respectivo partido (NR).

Art. 59.

§ 4º O eleitor disporá de dois votos em cada eleição proporcional: o primeiro, a ser dado à lista partidária fechada; o segundo, de forma individualizada ao candidato que escolher na lista partidária aberta.

§ 5º As listas partidárias fechadas deverão anteceder, na ordem de apresentação na uma eletrônica, ao voto dado individualmente a um candidato integrante das listas partidárias abertas.

§ 6º As listas partidárias fechadas exibidas pela uma eletrônica conterão, no mínimo, os nomes dos dez primeiros candidatos.

Art. 83.

§ 1º Haverá três cédulas distintas, a serem confeccionadas segundo modelos determinados pela Justiça Eleitoral: uma para as eleições majoritárias e duas para as eleições proporcionais, sendo uma destas destinada à eleição em lista fechada. (NR)

§ 2º

§ 3º Deverá ser observado o seguinte na confecção das cédulas a serem utilizadas nas eleições proporcionais:

a) a destinada à votação individualizada terá espaços para que o eleitor escreva o nome ou o número do candidato escolhido, ou sigla ou o número do partido de sua preferência;

b) a destinada a escolha das listas partidárias fechadas, trará, ao menos, os nomes dos dez primeiros candidatos de cada lista, com espaço para o eleitor assinalar sua opção, sendo válido o voto quando assinalar fora desse espaço, desde que seja possível identificar sua intenção.

Art. 3º O Poder Executivo providenciará, no prazo de noventa dias, a publicação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com todas as modificações nela introduzidas até a data de início de vigência desta Lei, aplicando-se-lhe a consolidação da legislação prevista na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam revogados o parágrafo único do art. 106 e o art. 111 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Justificação

A emenda que estamos apresentando procura alterar o art. 1º do Projeto de Lei nº 300, de 1999, ora em discussão nesta Comissão, com o objetivo de aprimorar as modificações que estão sendo propostas pela iniciativa.

Com efeito, muito embora acreditemos que a proposição em pauta representa um significativo passo no caminho do fortalecimento partidário, na medida em que prevê as chamadas "listas partidárias" e privilegia essas listas por ocasião do preenchimento das cadeiras que devem caber a cada agremiação, o nosso entendimento é o de que podemos ir além.

Nesse sentido, diversamente do texto original da iniciativa sob exame, entendemos que o Estado deve funcionar como se fora um só distrito eleitoral. Assim, teríamos um só critério de cálculo para definição do total de cadeiras a que cada partido concorrente teria direito, cálculo esse que seria elaborado a partir do total de votos obtidos pela lista partidária.

Sala das Reuniões, 10 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente – **Ramez Tebet**, Relator – **José Fogaça** – **Carlos Wilson** – **Antonio Carlos Valadares** – **Bello Parga** – **Roberto Requião**, (abstenção: autor) – **Sérgio Machado** – **Roberto Freire** – **Francellino Pereira** (abstenção) – **José Alencar** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Romeu Tuma** – **Édison Lobão** – **Bernardo Cabral** – **Pedro Simon** – **Luzia Toledo**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 88, DE 1999
e PLS Nº 300, DE 1999

TITULARES - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
AMIR LANDO				1 CARLOS BEZERRA			
RENAN CALHEIROS				2 AGNELO ALVES			
IPIS REZENDE				3 GILVAN BORGES			
MADEIRA BARALHO				4 LUIZ ESTEVÃO			
JOSE FOGAÇA	X			5 NEY SUASSUNA			
PEDRO SIMON	X			6 WELLINGTON ROBERTO			
RAMEZ TEBET	X			7 JOSE ALENCAR	X		
ROBERTO REQUIAO			X	8 VAGO			
TITULARES - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
BERNARDO CABRAL	X			1 MOREIRA MENDES			
JOSE AGRIPINO				2 DIALMA BESSA			
EDISON LOBAO	X			3 BELLO PARÇA	X		
FRANCELINO PEREIRA			X	4 JUVÊNCIO DA FONSECA			
ROMEU TUMA	X			5 JOSE JORGE			
MARIA DO CARMO ALVES				6 MOZARILDO CAVALCANTI	X		
TITULARES - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS				1 ARTUR DA TAVOLA			
CARLOS WILSON	X			2 PEDRO PIVA			
LUCIO ALCANTARA				3 LUIZ PONTES			
LUZIA TOLEDO	X			4 ROMERO JUCA			
SERGIO MACHADO	X			5 GERALDO LESSA			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NAO	ABSTENÇÃO
ANTONIO C. VALADARES (PSB)	X			1 SEBASTIAO ROCHA (PDT)			
ROBERTO FREIRE (PPS)	X			2 MARINA SILVA (PT)			
JOSE EDUARDO DUTRA (PT)				3 HELOISA HELENA (PT)			
JEFFERSON PERES (PDT)				4 EDUARDO SUPLICY (PT)			

TOTAL: 16 SIM: 14 NAO: — ABSTENÇÃO: 2

Sala das Reuniões, em 10 / 05 / 2000

Senador JOSÉ AGRIPINO
Presidente

TEXTO FINAL

Aos Projetos de Lei do Senado
nº 88, de 1999 e 300, de 1999 na Comissão
de Constituição, Justiça e Cidadania
PROJETOS DE LEI DO SENADO
Nº 88 E 300 (SUBSTITUTIVO), DE 1999

**Altera a Lei nº 4.737 de 15 de julho
de 1965 (Código Eleitoral), para instituir o
sistema de lista fechada na eleição pro-
porcional.**

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 300, de 1999, a redação seguinte:

"Art. 1º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) passa a vigor acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 105-A Cada Estado, cada Território e o Distrito Federal terão representantes na Câmara dos Deputados, eleitos na proporção dos votos obtidos pelos partidos políticos, de acordo com as respectivas listas partidárias fechadas.

Parágrafo único. Aplica-se, no que couber, a regra do **caput** às eleições para as Assembléias Legislativas e para as Câmaras Distrital e Municipais.

Art. 105-B. Estabelecido o número total de cadeiras que cabe a cada partido de acordo com o critério definido no **caput** do art. 105-A, o preenchimento dos lugares será feito conforme o seguinte:

I – metade por integrantes da lista partidária fechada, obedecida a ordem de precedência estabelecida no § 2º deste artigo;

II – metade por integrantes da lista partidária aberta que tenham obtido votação individual, na ordem decrescente de votos.

§ 1º Na hipótese de o número total de vagas a que tem direito o partido não ser divisível por dois, o número inteiro maior mais próximo do quociente dessa divisão corresponderá ao total de vagas a serem preenchidas por integrantes da lista partidária.

§ 2º A lista partidária a que se refere o art. 105-A será escolhida em convenção por votação secreta, em convenção e integrada por nomes em número, no máximo, igual à metade da representação do Estado na Câmara dos Deputados ou, no caso de Deputados Estaduais e Distritais e de Vereadores, à metade das vagas na Assembléia Legislativa, Câmara Distrital e Municipal, respectivamente.

§ 3º O candidato que não integrar a lista partidária fechada poderá ter seu nome submetido à convenção para integrar a lista partidária aberta.

Art. 112. Considerar-se-ão suplentes da representação partidária:

III – os integrantes da lista partidária que excederem o número de eleitos, de acordo com o disposto no art. 105-B.(AC)"

Art. 2º Os artigos a seguir enumerados da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º"

§ 1º Aos detentores de mandato de Deputado Federal, Estadual ou Distrital, ou de Vereador, é assegurada vaga na lista partidária aberta relativa ao mesmo cargo, caso seu nome não seja incluído na lista partidária fechada, cabendo-lhe o direito de opção.

§ 2º Lista partidária aberta é aquela destinada ao preenchimento das vagas previstas no Art. 105-B, inciso II da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

§ 3º Lista partidária fechada é aquela em que cada partido, em convenção, relaciona os nomes de seus candidatos na ordem de precedência em que serão submetidos ao eleitorado.

§ 4º Será indeferido pela Justiça Eleitoral o registro de listas partidária que não reservarem pelo menos trinta por cento dos seus integrantes a mulheres, assegurando-lhes posicionamento proporcional na ordem de precedência.

Art. 13.

§ 3º Nas eleições proporcionais a substituição de um ou mais integrantes da lista partidária fechada se efetivará:

I – por morte ou renúncia;

II – por grave descumprimento, através de atos ou palavras, do estatuto ou programa partidário;

III – por declarações ou conduta que representem desabono à idoneidade política do candidato e prejuízo à legenda partidária;

§ 4º-A Cabe ao órgão executivo de direção partidária, no âmbito da respectiva circunscrição, a iniciativa e as providências cabíveis quanto aos incisos I, II e III do parágrafo anterior.

Art. 15. Os candidatos aos cargos majoritários e as listas partidárias fechadas serão identificadas pelo número do respectivo partido(NR).

Art. 59.

§ 4º O eleitor disporá de dois votos em cada eleição proporcional: o primeiro, a ser dado à lista partidária fechada; o segundo, de forma individualizada ao candidato que escolher na lista partidária aberta.

§ 5º As listas partidárias fechadas deverão anteceder, na ordem de apresentação na urna eletrônica, ao voto dado individualmente a um candidato integrante das listas partidárias abertas.

§ 6º As listas partidárias fechadas exibidas pela urna eletrônica conterão, no mínimo, os nomes dos dez primeiros candidatos.

Art. 83.

§ 1º Haverá três cédulas distintas, a serem confeccionadas segundo modelos determinados pela Justiça Eleitoral: uma para as eleições majoritárias e duas para as eleições proporcionais, sendo uma destas destinada à eleição em lista fechada(NR)

§ 2º

§ 3º Deverá ser observado o seguinte na confecção das cédulas a serem utilizadas nas eleições proporcionais:

a) a destinada à votação individualizada terá espaços para que o eleitor escreva o nome ou o número do candidato escolhido, ou a sigla ou o número do partido de sua preferência;

b) a destinada a escolha das listas partidárias fechadas trará, ao menos, os nomes dos dez primeiros candidatos de cada lista, com espaço para o eleitor assinalar sua opção, sendo válido o voto quando assinalar fora desse espaço, desde que seja possível identificar sua intenção.

Art. 3º O Poder Executivo providenciará, no prazo de noventa dias, a publicação da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, com todas as modificações nelas introduzidas até a data de início de vigência desta Lei, aplicando-se-lhe a consolidação da legislação prevista na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam revogados o parágrafo único do art. 106 e o art. 111 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.

Sala da Comissão, 17 de maio de 2000. – **José Agripino**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965

Institui o Código Eleitoral

Art. 106. Determina-se o quociente eleitoral dividendo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, desprezada a fração se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

Parágrafo único. Contam-se como válidos os votos em branco para determinação do quociente eleitoral.

Art. 111. Se nenhum partido alcançar o quociente eleitoral, considerar-se-ão eleitos, até serem preenchidos todos os lugares, os candidatos mais votados.

PARECER Nº 542, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o PLC nº 77, de 1995 (nº 4.329/93, na origem), que “dispõe sobre a obrigatoriedade de Inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Pública Federal”.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

A proposição, de iniciativa do Deputado Munhoz da Rocha, determina a obrigatoriedade de impressão de dados relativos à edição nos relatórios e publicações em geral, patrocinados ou editados por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Nos termos do projeto, deverão constar no rodapé da primeira contracapa de cada unidade, a quantidade de exemplares, o custo unitário do exemplar e o custo global da edição, bem como o mês e ano a que se referem os dados de custos.

No caso de reedição, deverão ser acrescidos os dados relativos às edições anteriores.

Na justificação do projeto, seu autor assevera que “a medida, de operacionalização simples e objetiva, trará certamente grandes constrangimentos tanto ao administrador ineficiente quanto ao mal intencionado, inibindo, a curtíssimo prazo, não apenas o desleixo para com a coisa pública, como o desvio de verbas para promoção pessoal e o roubo acintoso de recursos públicos”.

Alega, também, que a disponibilização desse tipo de informação ao público conduziria a uma comparação da eficiência da Administração com a da iniciativa privada, e serviria, ainda, como novo instrumento à disposição do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União, em sua atividade fiscalizadora.

Aprovada na Câmara dos Deputados, vem agora a matéria à apreciação desta Casa Revisora, conforme dispõem o art. 65 da Constituição Federal e o art. 134 do Regimento Comum.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, na qual foi designado este relator, para emitir parecer.

É o relatório.

II – Análise da matéria

A proposição é inconstitucional, tendo em vista estar disposto sobre o funcionamento de órgãos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, caracterizando invasão de competência, em virtude do princípio de independência dos Poderes da União, consignado no art. 2º da Constituição Federal.

Ainda que superado o vício da inconstitucionalidade, o projeto não deve prosperar, pelos motivos que passamos a expor.

A despeito do caráter moralizador da medida, não acreditamos que seja de “operacionalização simples e objetiva”, conforme alega o autor do projeto, especialmente quando se tratar de publicação editada diretamente por órgãos da Administração Pública Federal.

Nos casos de contratação de edição do relatório ou publicação com terceiros, não vislumbramos problemas quanto ao levantamento dos custos envolvidos, que poderão ser informados com base no preço ajustado no contrato.

Todavia, quando o próprio órgão da Administração editar a publicação, o levantamento de custos constitui tarefa mais difícil, além de se fazer necessária a padronização da metodologia a ser utilizada, sob pena de os diversos órgãos se utilizarem de diferentes critérios, tomando as informações sem qualquer utilidade prática.

Também não estamos convencidos dos benefícios a serem proporcionados com a adoção da medida.

Não acreditamos que o público em geral atuará como agente fiscalizador da aplicação dos recursos públicos, no tocante a publicações de órgãos da Administração, em virtude da publicação dos dados referidos no projeto.

De igual, não cremos que tais informações sejam úteis aos órgãos dos Sistema de Controle Interno e do Tribunal continuará a ser exercida com base nos documentos tradicionalmente utilizados (notas de empenho, notas fiscais, contratos, etc.)

Finalmente, o projeto não contém sanção pelo descumprimento da norma, sendo, portanto, inócuo.

III – Voto

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1995.

Sala das Reuniões, em 23 de maio de 2000. –
José Agripino, Presidente – **Álvaro Dias**, Relator –
Pedro Simon – **Roberto Freire** (vencido) – **José Eduardo Dutra** (vencido) – **Djalma Bessa** – **Roberto Requião** – **José Alencar** – **Renan Calheiros** – **Édison**

Lobão – **Francelino Pereira** – **Bernardo Cabral** – **Lúcio Alcântara** – **Moreira Mendes** – **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 51/2000 – CCJ.

Brasília, 17 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em turno suplementar, deliberou pela aprovação do Substitutivo aos Projetos de Lei do Senado nº 88 e nº 300, ambos de 1999, respectivamente de autoria dos Senadores Lúcio Alcântara e Roberto Requião, que estabelece, normas para as eleições e institui o Código Eleitoral, e “institui o sistema de lista fechada na eleição proporcional”.

Cordialmente, – Senador **José Agripino Mala**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 88 e 300, de 1999, que tramitam em conjunto, cujo parecer foi lido anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 1995, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de dados sobre a edição nas publicações de órgãos e entidades da Administração Federal, cujo parecer foi lido anteriormente, de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254, do Regimento Interno, terá o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encontra-se na Casa o Sr. Clodoaldo da Silva Torres Filho, suplente convocado da representação do Estado de Pernambuco, em virtude de licença do titular, Senador Carlos Wilson.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental, e demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma recebido:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
ESTADO DE PERNAMBUCO

Pela vontade do povo deste Estado, expressa nas urnas em 3 de outubro de 1994,

CLODOALDO DA SILVA TORRES FILHO

foi eleito

SUPLENTE DE SENADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Em testemunho deste fato, a Justiça Eleitoral expediu-lhe o presente diploma, que o habilita à investidura no cargo para qual foi eleito, na data prevista em lei e para mandato indicado na Constituição Federal.

Recife, em 19 de dezembro de 1994.

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral

Presidente da Comissão Totalizadora

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Romero Jucá, Thelma Siqueira Campos e Leomar Quintanilha para conduzir S. Ex^a ao plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

Convido as Sras. e os Srs. Senadores a se colocarem de pé.

(O Sr. Clodoaldo da Silva Torres Filho é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o compromisso.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro empossado, no mandato de Senador da República, o nobre Sr. Clodoaldo da Silva Torres Filho, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lida a seguinte:

Em, 29 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Pernambuco, em substituição ao Senador Carlos Wilson, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PTB.

Atenciosas saudações.

Nome Parlamentar: **Clodoaldo Torres**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A comunicação lida será publicada na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Clodoaldo Torres.

O SR. CLODOALDO TORRES (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, minhas primeiras palavras nesta Casa Legislativa são de afirmação do meu compromisso com Pernambuco e com o Brasil.

Substituo o Senador Carlos Wilson, futuro candidato à Prefeitura do Recife, que, no exercício de seu mandato de Senador e em todos os demais cargos e atividades já desempenhadas, como V. Ex^{ma} bem podem atestar, tem demonstrado exemplar conduta ética e elevado espírito público. Desse modo, substi-

tui-lo é um desafio que desejo encarar com serenidade e equilíbrio. Tenho, desde já, confiança em sua eleição, pois acredito que a maioria dos recifenses saberá escolher um futuro melhor para a capital pernambucana.

Em minha trajetória política, tive a honra de exercer vários cargos e funções públicas, entre os quais Presidente da Empresa de Urbanização de Olinda, Deputado Estadual em duas legislaturas, Líder da Oposição, Líder do Governo, Presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, Secretário de Estado de Minas e Energia, Presidente da Telecomunicações de Pernambuco S/A – Telpe e, recentemente, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Jaboatão dos Guararapes, no período da intervenção feita pelo Governo do Estado.

Durante o exercício do meu mandato no Senado da República, pretendo dar especial atenção a alguns assuntos que têm merecido destaque nesta Casa: a transposição das águas do rio São Francisco, a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf e a análise do desempenho das empresas privadas que substituíram as empresas estatais quando da privatização do Sistema Telebrás.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte.

O SR. CLODOALDO TORRES (PTB – PE) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Caro Senador Clodoaldo Torres, em nome do nosso Partido – por ser, além de seu amigo, integrante da Bancada de Pernambuco –, eu gostaria de lhe dar as boas-vindas a esta Casa. V. Ex^a é parlamentar experiente, diversas vezes Deputado Estadual, inclusive Presidente da Assembléia Legislativa, pessoa ponderada, que exerceu também muitos cargos executivos no nosso Estado de Pernambuco. Para nós, é uma satisfação tê-lo conosco. Tenho certeza de que muitas coisas poderemos fazer juntos e de que V. Ex^a dará grande contribuição não só ao funcionamento do Senado Federal mas também e principalmente às reivindicações de Pernambuco. Seja bem-vindo! Conte conosco nesta sua nova trajetória. Boa sorte.

O SR. CLODOALDO TORRES (PTB – PE) – Agradeço-lhe muito o aparte, nobre Senador José Jorge, um dos homens públicos mais competentes e mais conhecidos do nosso Estado. Evidentemente, precisarei muito do seu apoio, de sua orientação.

Peço a V. Ex^a que ensine este matuto sertanejo a maneira de se conduzir aqui no Senado. Certamente, poderemos ter eventualmente algumas divergências de ordem partidária, mas tenho certeza absoluta de que aprenderei muito com V. Ex^a. Estou muito honrado e feliz com seu aparte. Muito obrigado.

Finalizando, Sr. Presidente, no tempo em que irei substituir o Senador Carlos Wilson, procurarei cumprir com firmeza, dedicação e honradez, dentro dos limites da minha competência, todas as missões que me forem designadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança do PSDB.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSDB, quero abordar rapidamente três assuntos. Primeiro, quero parabenizar o Senador Clodoaldo Torres, a quem conheço e ao seu passado e a sua luta, inclusive sindical, no Estado de Pernambuco. Portanto, entendo que a vinda dele ao Senado dará uma contribuição bastante importante não só ao Estado de Pernambuco, mas à discussão dos grandes temas nacionais. Assim, em nome do PSDB, quero dar-lhe boas-vindas e oferecer a S. Ex^a qualquer colaboração.

Em segundo lugar, registro que hoje é aniversário, em Roraima, do Município de Caracaraí, segunda cidade do Estado, dirigida pelo Prefeito do PSDB, Antônio Reis, que tem, sem dúvida nenhuma, nesses últimos quatro anos, desenvolvido um trabalho que marcou e vem marcando toda a população do Município pela realização de obras importantes, como saneamento, educação, saúde, geração de empregos e apoio à produção rural. Neste momento, parabenizo o Prefeito Antônio Reis, os Vereadores e, principalmente, o munícipes de Caracaraí por esse aniversário que, mais uma vez, reforça a nossa fé e confiança de que Caracaraí é e será, cada vez mais, um grande Município do Estado de Roraima.

Por último, Sr. Presidente, assinalo que foi entregue à Mesa uma proposta de CPI para os institutos de pesquisa. Posteriormente, apresentarei um discurso a respeito desse assunto, porque entendo que, aproximando-se agora as eleições, é de fundamental

importância que as questões ali apostas sobre os institutos de pesquisa, seu funcionamento e seu envolvimento com máquinas governamentais sejam passadas a limpo. Entendo que essa CPI seja um bom momento para se discutir essas questões. Farei, oportunamente, um discurso para registrar minha posição aí, sim, pessoal sobre a questão.

Reitero as boas-vindas ao Senador Clodoaldo Torres e parabenizo, mais uma vez, todo cidadão de Roraima por conta do aniversário do Município de Caracaraí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 122, de 2000, de 25 do corrente, pela qual o Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 30 de maio a 6 de junho de 2000, a fim de realizar visita de trabalho à República Federal da Alemanha e à República Francesa.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 122, DE 2000

(Nº 706/000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 30 de maio a 6 de junho de 2000, para realizar visita de trabalho à República Federal da Alemanha e à República Francesa.

Na Alemanha, participarei, ao lado do Chanceler Federal Gerhard Schröder, da inauguração da Exposição Universal Hannover 2000 (Hannover, 31 de maio e 1º de junho) e da II Reunião de Governança Progressista (Berlim, 2 e 3 de junho), importante evento que reunirá Chefes de Governo de 15 países.

Na França, mantereí reuniões de trabalho com o Presidente Jacques Chirac e com o Primeiro-Ministro Lionel Jospin. Nos encontros com os mandatários franceses, pretendo discutir temas de nossa agenda comum, bem como iniciativas para as presidências coincidentes do Brasil e da França no Mercosul e na União Européia, respectivamente, no segundo semestre deste ano.

A realização da visita de trabalho traduz a percepção comum da excelência dos relacionamentos do Brasil com a Alemanha e com a França e do amplo potencial ainda a ser explorado conjuntamente com aqueles países.

Brasília, 25 de maio de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A matéria vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 123, de 2000, de 25 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos da Resolução nº 96 de 1989, restabelecida pela Resolução nº 17, de 1992, ambas do Senado Federal, solicita seja autorizada a elevação do limite do endividamento da empresa Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobrás em R\$3.330.000.000,00 a serem destinados ao alongamento da dívida sem o aumento do endividamento total, sendo R\$2.220.000.000,00 a serem contratados no corrente exercício e R\$1.110.000.000,00 no ano de 2001.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. (Pausa)

Concedo a palavra à Senadora Telma Siqueira Campos. V. Exª dispõe de 20 minutos.

A SRA. THELMA SIQUEIRA CAMPOS (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srª e Sr Senadores, em primeiro lugar, quero saudar o nosso novo Colega, representante de Pernambuco. Que V. Exª seja bem-vindo à Casa e que possa usufruir da amizade, da simpatia e do bom convívio de todos, como tem ocorrido comigo. Estamos às suas ordens.!

Quero abordar, em meu pronunciamento, dois tópicos. O primeiro diz respeito ao agradecimento que faço ao Presidente da República por ter ido à nossa terra e se apresentado de modo tão bonito, tendo sido tão bem recebido e ter ficado tão à vontade, como se sentiu em nosso Estado. Sua Excelência utilizou um traje interiorano com um capacete de obreiro que o protegia de qualquer possível acidente na visita à usina. Assim, mais uma vez, Sua Excelência pôde colaborar com o Tocantins – na primeira vez, como Constituinte e, desta vez, consolidando o nosso Estado por meio não só do envio de recursos financeiros, mas abrindo caminhos para que o Tocantins possa ser, no futuro, um pólo a mais de desenvolvimento em nosso País.

Agradeço ao Presidente Fernando Henrique Cardoso pela sua gentil visita e pelo modo como se colocou perante a nossa população – acariciando as nossas crianças –, portando-se de maneira irmã com todos os nossos cidadãos. Ao nosso Presidente, o povo também deu o seu carinho e o seu abraço. Então, foi um conagração muito bonito. Mais uma

vez, Presidente Fernando Henrique, o nosso abraço, o nosso muito obrigado.

Também quero trazer a esta Casa, por meio de minha palavra, a constatação de fatos que estão acontecendo em favor da causa feminista, em favor dos caminhos do Poder para as mulheres. Existe, atualmente, toda uma convergência de atenções e de interesses em torno do chamado **empowerment**, "empoderamento", da mulher na política e no Poder. Se não, vejamos: no dia 28, domingo, comemorou-se o Dia Nacional de Luta contra a Mortalidade Materna. Esse tema está sendo tratado por uma CPI, na Câmara dos Deputados. Os nossos índices não são tão altos quanto os que a Organização das Nações Unidas-UNICEF coloca, de 163 mortes por 100 mil nascimentos. Chegamos a 55, 56 mortes por 100 mil nascimentos. Mesmo assim, esse índice ainda é alto.

Tivemos também, na semana retrasada, a discussão das estratégias para o posicionamento brasileiro na convenção da OIT, em Genebra. Essa convenção mostra-se favorável à concessão de 84 dias de licença-maternidade, quando no Brasil a prática é de 120 dias. Então, juntamente com a Central Sindicalista de Mulheres, nós, Parlamentares, levamos nosso respaldo ao Ministro do Trabalho, para que não tenha medo e, se possível, na Convenção da OIT, se posicione no sentido de que seja retirada a proposta de 84 dias e adotado o nosso padrão. E se puder, Ministro, trabalhe no sentido de elevar para 180 dias esta licença-maternidade, o que é o justo e humano.

Prepara-se também, neste tempo, e é mais um fator de atenção à causa da mulher, a prestação de contas das ações do Brasil na Conferência de Beijing +5, que ocorrerá agora em junho. Essa Conferência dá sequência ao encontro havido na China, em 1995.

Está se tentando, através de seminários, como o Seminário dos Direitos Humanos das Mulheres: – A Proteção Internacional, um seminário paralelo à 5ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos – convencer o Governo para que ele ratifique o protocolo à "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher".

Soma-se a isso, também, a discussão que começou aqui, nesta Casa, no Senado Federal, da PEC nº 07, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade. Essa proposição é uma política afirmativa, junto à instância máxima do Poder Judiciário, da igualdade de acesso ao Poder que nós, mulheres, podemos ter. Realizou-se também, na semana retrasada, o seminário intitulado "Mulheres na Política" e "Mulheres no Poder", patrocinado pelo Conselho Nacional de Direi-

tos da Mulher, pela Frente Parlamentar Feminina no Congresso e também pelo CFMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Nesse seminário, coube-me representar esta Casa. Por esta representação, permita-me, Sr. Presidente, trazer aqui o relato das minhas palavras e dos principais tópicos expostos por mim no debate naquela mesa-redonda, pois, como Senadora, quero prestar conta dos conceitos por mim expressos, e para que, também, possam constar dos Anais do Senado Federal.

Disse, na época: "Com muita satisfação, pelas mulheres do meu Estado, o mais jovem Estado da Federação, e pelas mulheres do Brasil, representando o Senado da República nesta mesa-redonda, que debate uma questão de suma importância para nós todas: a participação da mulher na política e no poder.

Faço, inicialmente, algumas considerações sobre o tema, para sugerir, depois, algumas estratégias que fortaleçam esse objetivo comum, buscado não apenas como imperativo dos princípios gerais de igualdade entre os seres humanos, de eliminação das odiosas formas de discriminação contra a mulher, mas também de um novo modelo de exercer a política e o poder, mais de acordo com a perspectiva da mulher, de sua natureza e de sua identidade."

Naquele seminário, continuava: "Quero dizer com isso, que esta participação ou exercício, não significa a ocupação de uma função masculina pela mulher, mas representa o reconhecimento de um direito igualitário a ser compartilhado entre o homem e a mulher de exercer responsabilidades públicas e participar do governo da sociedade, de que ambos são parcelas em igualdade.

"Várias estratégias podem ser postas em prática – e elas têm sido postas em prática, na busca de eliminar esta discriminação e apoiar à mulher em sua luta pela ocupação do espaço que lhe é devido. Dentre essas estratégias, ganhou realce o estabelecimento de cotas de participação da mulher nas listas eleitorais, enquanto se debate também a hipótese de se estabelecer cotas reservadas da participação da mulher na estrutura de poder. Esta estratégia, aceitável como instrumento de ampliação de oportunidades para a mulher, enquanto estabelece percentuais, embute e revela, no entanto, um resíduo de discriminação havida ao longo do tempo e que deverá, em breve, ser superado. Explico – Mais adequado do que reservar cotas para a mulher, em um universo masculino, seria, estabelecer cotas (como ocorre em alguns países como a Noruega e a Dinamarca, onde se afirma a igualdade dos sexos), estabelecendo percentu-

ais mínimos de participação para ambos os sexos não só para listas eleitorais, mas, também, para a constituição de conselhos, comissões, agências e outros órgãos de administração paritária. Esses mínimos, para ambos os sexos, poderiam se estender, também, para funções executivas de governo e de outros organismos sociais.

Esta formulação não é meramente teórica, pois ao invés de engessar o processo, garante espaços igualitários, abrindo um outro espaço para a disputa, em igualdade de condições entre os sexos, garantindo um piso mínimo de participação para um e para outro. Esta estratégia superaria a visão casuística para se chegar, efetivamente, à visão igualitária.

De toda forma, no caso brasileiro, deve-se registrar que tem crescido a participação feminina no processo eleitoral e no poder nesta década, desde que o regime de cotas foi introduzido em várias instâncias. É interessante também registrar que o crescimento da participação feminina tem ocorrido especialmente nas bases – ("É das bases que vem a revolução", diz o nosso Geógrafo Milton Santos) –, nas Câmaras de Vereadores e Executivos Municipais, sobretudo em nossa Região Norte. De acordo com os dados publicados pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o percentual de mulheres candidatas no Brasil era de 10,87%, na Região Norte era de 14,72%. No Tocantins, meu Estado, o percentual de mulheres candidatas a Vereadoras era de 18,57%. Como eleitas, que é um processo diferenciado da candidatura, – é o que realmente diz que estamos participando, – a marca nacional é de 11,13%. Na Região Norte, 14,72%; e no Tocantins, 15,53% de mulheres eleitas na base, as nossas Vereadoras. Quanto às Prefeitas eleitas, faço um rápido comentário dizendo que, enquanto a marca nacional foi de 5,5%, a marca do Tocantins foi de 7,19%.

Deve-se tal fato, provavelmente, à menor resistência à mudança de hábitos consolidados nessas regiões, resistência que é sempre maior nas sociedades tradicionais e estratificadas.

Deixo, neste momento, o meu preito de homenagem, o meu aplauso aos Senadores Ademir Andrade e Lúcio Alcântara pela coragem da propositura e do parecer favorável para ampliar as cotas de participação no sistema judiciário, com a PEC n.º 7, de 1999.

Para concluir, quero dizer que não há de ser efetiva a participação da mulher na política e no poder se paralelamente não forem ampliados seus outros direitos: o direito ao trabalho, à remuneração igual e, so-

bretudo, garantindo e promovendo o direito à maternidade e aos encargos todos decorrentes dessa condição.

Penso que o direito à maternidade não deve ser tido como um direito da mulher, e sim como um direito da humanidade que se realiza na mulher e através da mulher. O reconhecimento do direito à maternidade, portanto, não constitui um privilégio para a mulher, mas o reconhecimento de um direito humano universal em favor de toda a sociedade. É pela maternidade que se perpetua a espécie. Não me refiro somente à perpetuação biológica, mas me permito estender o conceito para os aspectos educacionais, psicológicos e espirituais do ser humano, dimensões cuja perda constitui a maior tragédia da humanidade, caso venha a acontecer.

Cumprimento, no final, as mulheres do Brasil, e sobretudo as minhas companheiras tocantinenses, na certeza de que, com a nossa participação, a construção do Brasil dos nossos sonhos e utopias se tornará esplêndida realidade.

Tenho certeza de que essas perspectivas poderão contribuir para a ampliação de um debate cujo tema é de tal importância que poderá, com essas medidas, resultar em maior participação da mulher nos próximos pleitos e nas próximas escolhas não só para o Poder Judiciário, mas também para o Poder Executivo.

Terminado, assim o relato de minha fala no Seminário, Sr. Presidente, cabe-me fazer um registro, uma homenagem das mulheres a uma mulher que se dedicou com amor e competência à causa da promoção feminina e que não está mais presente ao nosso lado. Quero registrar a prematura morte de Floriza Verucci, que foi levada por uma fatal enfermidade no dia 26 de abril passado, em São Paulo. Floriza Verucci, assim como sua companheira Marta Suplicy, pres- tou na televisão, junto a todos os conselhos, uma assessoria brilhante para que todas nós pudéssemos ser orientadas, popularmente, sobre nossos direitos e oportunidades.

Floriza Verucci pronunciou dezenas de palestras sobre a condição feminina, escreveu artigos em revistas, participou de co-edições e jornais. Entre outras obras, publicou recentemente *O Direito da Mulher em Mutação*.

Seu falecimento prematuro interrompeu a sua última obra sobre a condição feminina, que desejava ter concluído, deixando-a em testamento ao seu marido e a seus amigos como uma contribuição derradeira.

Incluo, nessa homenagem a Floriza Verucci, mulheres como a Governadora Roseana Sarney, que obteve 15% das intenções de voto para a Presidência da República, como as Deputadas Marta Suplicy, Luiza Erundina, Lúcia Vânia, Nair Xavier e outras tantas que estão fazendo com que a condição feminina passe pela reavaliação do voto. É preciso que consolidemos nossa participação, ao menos onde podemos prestar concurso ou ser eleitas.

Espero que a PEC 07/99 venha trazer uma abertura para que nós mulheres não passemos somente nos concursos, mas, sim, possamos ser indicadas, também, o que vislumbrará um novo caminho, uma nova maneira de contribuirmos para a nossa civilização e para o engrandecimento de nossa Pátria.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Por permuta com a Senadora Marina Silva, tem a palavra o Senador Lauro Campos.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos,

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, mais uma vez, pela segunda vez, ocupo esta tribuna para tratar de assuntos paroquiais. Se eu pudesse escolher, eles não seriam objeto de maiores preocupação minhas; mas, infelizmente, a crise atual, a falta de determinação e de consciência do Governo diante dos problemas, bem como a falta de diagnóstico da nossa situação que a cada dia se agrava mais em todos os setores, além da ignorância da maneira pela qual eles devem ser tratados, obriga-me a vir aqui para tecer algumas considerações sobre o desgoverno do Distrito Federal.

Um dos assuntos que preocupa o mundo, principalmente o mundo periférico e subdesenvolvido é, sem dúvida alguma, o desemprego. O Distrito Federal, tal como eu havia prognosticado alguns anos atrás, bate o recorde de desemprego. É muito fácil saber por que ele ocupa o pódio do desemprego brasileiro e, talvez, mundial, pois há 23% de desempregados no Distrito Federal.

Já no "Roriz I", quando pela primeira vez galgou o Palácio do Buriti o Governador Joaquim Roriz, sem eleição, eu já dizia que havia no Distrito Federal vários tipos de desemprego.

Não quero atribuir a S. Ex^a, o Governador, a culpa pelo desemprego em geral. Eu penso que existe aqui, obviamente, um desemprego que se deve ao

neoliberalismo; neoliberalismo que desrespeita a vida; neoliberalismo que impõe a técnica, o capital metálico e sua lógica ao ser humano; neoliberalismo que faz com que não adiante esperar, pois as prioridades já estão determinadas e constituem o pagamento, a transferência de recursos retirados do trabalho, da dor e do suor humanos para remunerar o capital metálico, para pagar a especulação em vez de socorrer a vida humana.

De modo que nessa parte, nesse componente do desemprego que existe no Distrito Federal, S. Ex^a não tem culpa direta; mas tem culpa por não ter consciência disso e, portanto, não ter feito nenhum gesto no sentido de impedir que essa avalanche atingisse também o Distrito Federal.

Entretanto, existem outros tipos de desemprego, e um deles é específico do Distrito Federal. Todos nós sabemos que Brasília foi feita para ser o centro das decisões nacionais. Brasília é uma cidade administrativa, obviamente. Então, devido a diversos fatores, inclusive, ao medo que os governos militares tinham de que aqui se formassem, juntamente com as indústrias fortes, frentes trabalhistas, sindicatos, organizações trabalhistas, que os governos da ditadura sempre refutaram e sempre tentaram reprimir. Tal repressão perdura até hoje no Governo Federal e no Governo do Sr. Joaquim Roriz. Basta lembrar que, no dia 02 de dezembro do ano passado, durante a repressão de um movimento embrionário de funcionários da Terracap, cujos salários estavam atrasados, que reclamavam a reposição salarial que não lhes havia sido restituída, uma bala real, metálica, matou um funcionário da Terracap e balas de borracha retiraram o aparelho de enxergar de dois funcionários públicos e feriram 32 mais.

Isso ocorreu no dia 02 de dezembro, e, até hoje, engatinham as providências tomadas pelo Governo e, entre outras coisas, dão marcha à ré, como aconteceu com a comissão nomeada pelo próprio Governador Roriz e com o resultado dos inquéritos. Após cerca de dois meses, pronto, elaborado e entregue o resultado da investigação feita por três pessoas idôneas, o Sr. Roriz simplesmente rasgou esse inquérito e reiniciou outro para tentar levar para as calendas esse processo de apuração das responsabilidades.

O que sabemos, portanto, é que existe um desemprego que é parte daquele processo de enxugamento, daquele processo de demissão voluntária. Agora, enquanto o Governo do Distrito Federal abre novamente a possibilidade de demissões voluntárias,

o Vice-Governador nomeia, sem concurso, 1.900 pessoas para o seu gabinete.

Existe coerência nisso? O Governo desemprega, demite, expulsa pela via das demissões voluntárias com uma mão e reemprega, com a mão sorrateira e criminosa, 1.900 funcionários para o gabinete do Vice-Governador.

Em Brasília, conjugam-se os efeitos desses desempregos: o desemprego do Governo Fernando Henrique, do Governo Collor, do Sr. Bresser Pereira e dos seguidores dele. Esse desemprego faz parte da lógica completamente ilógica e criminosa que o FMI colocou em ação sobre nós, periféricos, que não sabemos protestar, que, antes da cidadania, perdemos a coragem e o respeito.

Nos Estados Unidos, o governo federal não demitiu; os estaduais também não. Quatorze por cento da força de trabalho norte-americana é de funcionários públicos. Aqui, eles mandam que cumpramos os preceitos de sua lógica desesperada. Então, o Sr. Joaquim Roriz obedece e soma, ao desemprego da órbita federal, o desemprego da órbita distrital. Obviamente, Brasília teria de ser recordista nos índices de desemprego. E, de outro lado, como estávamos falando, as oportunidades de emprego que o parque industrial e a acumulação de capital oferecem não foram abertas para Brasília, porque aqui não se admitiu a implantação de indústrias. Na verdade, os militares não quiseram que houvesse indústrias no Distrito Federal para que aqui não se formassem os sindicatos, os quais são considerados por eles perturbadores da paz dos cemitérios só pode ser.

Devo falar mais depressa, pois a lista de oradores é grande e o tempo urge.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada dia, novos crimes, novos desvios, novos senões são veiculados pela imprensa, mostrando as mazelas e os descaminhos do Governo Roriz.

Além desse processo a que me referi, houve o homicídio de um funcionário, o cegamento de dois e lesões corporais em mais de trinta, como forma de reprimir uma lídima manifestação. Em vez de mandarem o "trem pagador", como dizia o inesquecível Milton Campos, mandaram o "trem armado" para resolver os problemas sociais novamente à custa da violência, da força e da Polícia.

A imprensa noticiou ainda que, entre outras coisas, bicheiros estão influenciando profundamente no Governo Roriz e no seu processo de tomada de decisões.

O **Correio Braziliense**, com a dimensão que conquistou assim que o Código de Ética por ele criado foi posto em prática, transformou-se numa trincheira em defesa da consciência, dos direitos adquiridos e da cidadania do povo do Distrito Federal. E foi o **Correio Braziliense** que publicou notícia, segundo a qual, o Sr. Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal, estava sendo cobrado por um bicheiro de Goiânia, contrerrâneo seu, pela colaboração financeira que teria dado à campanha do Sr. Roriz ao Governo do Distrito Federal. Em troca dos recursos para a campanha, o bicheiro recebera a promessa de ser beneficiado com a exploração da loteria do Distrito Federal. Após a eleição, quando divulgado o edital para concorrência de exploração da loteria, o bicheiro resolveu denunciar o trato, pois o edital privilegiava claramente, segundo ele, bicheiros de Goiás outros que não ele.

Episódios como esses, Sr. Presidente, que mostram as fontes de recursos que abasteceram a campanha vitoriosa do Sr. Joaquim Roriz, são sobejamente conhecidos e divulgados.

Durante a campanha eleitoral, lembro-me bem, num debate com o seu adversário, Cristovam Buarque, o Sr. Roriz afirmou que o seu patrimônio pessoal era de R\$18 milhões. Não há dúvida nenhuma de que transportar areia pode trazer também, mais que areia, pepitas de ouro para o transportador. Entretanto, o que ocorreu? O Sr. Governador, ele mesmo, afirmou que esse patrimônio passou dos R\$18 milhões para R\$34 milhões. Naquela ocasião, a palavra lhe faltou, mas ele queria se referir a um **agornamento**, a uma atualização de seu patrimônio, feito com o conhecimento da Receita Federal. Frise-se: de R\$18 milhões passou para R\$34 milhões o patrimônio do Sr. Joaquim Domingos Roriz.

Lembro-me de que, durante a chamada CPI do Collor, o Sr. Joaquim Roriz, chamado a prestar depoimento, foi interpelado pelo Senador Esperidião Amin sobre como adquirira ou como havia acumulado aquele imenso patrimônio. Ele, então, disse que herdara de seu pai. Ao que o Senador Esperidião Amin respondeu que, conhecendo como conhecia o inventário dos bens deixados pelo pai do Sr. Joaquim Domingos Roriz, ele – o Senador Esperidião Amin – poderia afirmar que havia herdado uma quantia muito maior do que aquela recebida pelo atual Governador por ocasião do falecimento de seu pai, possuindo, contudo, um patrimônio bem menor do que aquele que o Sr. Joaquim Domingos Roriz afirmava ter e que, já agora, recentemente, atualizou, elevando-o prati-

camente ao dobro: de R\$18 milhões para R\$34 milhões.

Nada será investigado; CPIs não serão criadas, porque, além de ter sido eleito, S. Ex^a elegeu consigo 16 Deputados Distritais, que impedem que qualquer apuração seja feita. Todavia, o tempo passa e a verdade um dia brota das portas fechadas e obscuras do passado.

Está estampado em uma edição da revista **Época** de três semanas atrás: "Terreno de 53.600 m², reservados a hospital, é vendido a supermercado. Após ser incluído em programa de incentivos, foi vendido, sem concorrência, por R\$8,4 milhões, com cláusula que permite redução a R\$1,7 milhão, caso seja construído o supermercado no prazo de dois anos". Há, inclusive, uma ação popular contestando a operação. Portanto, dá-se preferência à construção de supermercados em detrimento da saúde, da construção de um hospital. O Governo Roriz vai de mal a pior!

Por outro lado, Sr. Presidente, com relação ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, administrado inicialmente – e tão mal administrado – pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, tenho apontado desvios, desta tribuna, por inúmeras vezes, desde a minha posse há cinco anos. O que aconteceu? O GDF recebeu R\$24 milhões para empregar no treinamento de 48 mil profissionais. Na cabeça desses administradores do dinheiro dos trabalhadores, o problema do desemprego se deve ao fato de que os trabalhadores ficaram obsoletos, não foram capazes de acompanhar essa grande modernidade – a automatização, o **downsizing**, a reengenharia –, que, na verdade, torna cada vez mais fácil ao trabalhador operar o processo produtivo.

Ora, os mexicanos que vão para os Estados Unidos não precisam mais sequer saber inglês para ler os botões que devem apertar, pois esses botões já trazem desenhos impressos; portanto, sequer saber ler ou escrever precisa mais um trabalhador numa grande fábrica norte-americana, ou mesmo num desses fazedores de sanduíche em grande escala, o Mc Donald's, por exemplo. Tudo é indicado por meio de cores e códigos desenhados.

Esse negócio de treinar trabalhador para que ele recupere e atinja o nível da modernidade é uma conversa fiada sem limite. Além de demitir os trabalhadores e os funcionários, o Governo covarde, neoliberal, que dá prioridade às coisas, ao invés dos homens, diz que os trabalhadores foram desempregados por culpa deles, porque são ineficientes. Coisa nenhuma! Eles foram desempregados, postos na rua,

por obra e graça do capitalismo neoliberal, nesta sua fase final, bárbara e selvagem, que já desempregou no mundo mais de 800 mil trabalhadores.

Aqui em Brasília, o dinheiro do FAT é usado para treinar inutilmente os trabalhadores que não precisavam do treinamento para encontrar emprego. Há doutores, PhDs e gente com mestrado por aí exercendo funções subalternas de ascensorista e porteiros, porque não encontram, apesar de sua alta qualificação, uma forma de inserção no mercado. Além disso, sabemos muito bem que há uma sociedade muito treinada de filósofos, maltrapilhos, desempregados, uma sociedade de sociólogos, – tenho que falar – que fazem a "masturbação sociológica". Quem falou isso não fui eu, mas o Ministro Sérgio Motta. Esses, para fazerem a masturbação sociológica, não precisam de grandes treinamentos também, e estão por aí: ou são Presidentes da República, ou estão desempregados. São os extremos que se tocam.

Vou ver se continuo aqui, mais um pouco, nesta difícil lista.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campanha.)

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço à Mesa o sinal que me foi dado. Tenho a impressão de que não vou conseguir terminar mesmo hoje.

Os empréstimos irregulares do BRB para a compra do **Jornal de Brasília** constituíram-se num escândalo noticiado nas primeiras páginas dos jornais. Foram emprestados R\$600 mil, com garantias podres, totalmente falsas. Há dois empresários de Pernambuco no negócio, se não me falha a memória, para que o Sr. Joaquim Roriz comprasse um jornal em Brasília, a fim de noticiar as suas obras, aquelas obras que vêm à luz do dia, impulsionadas pela televisão e pelos jornais, escondendo a realidade interna e oculta, porém real, deste governo que aí está. Essa operação totalmente espúria, de acordo com a revista **Época**, está sendo investigada. O **Correio Braziliense** de ontem noticiou que o Presidente do BRB deverá responder por esses desvios de conduta.

Sr. Presidente, outro assunto que me traz à tribuna é a merenda escolar. Vamos assaltar nas praças, nas Universidades, vamos desrespeitar, mas roubar da merenda escolar é realmente revoltante! É o que tem acontecido em vários pontos do Brasil. Da forma como era distribuída, recebia-se merenda a mais e entregava-se a menos, a exemplo do que ocorreu com os recursos do FAT. Esses recursos é

que fizeram defenestrar este Governo de alta rotatividade, tal como acontece com os motéis, a cada dia cai um fruto podre. Desta vez, caiu o Sr. Wigberto Taruete, então Secretário do Trabalho, que, não podendo prestar contas dos recursos do FAT, que deveriam treinar os trabalhadores, achou melhor sair pela portas dos fundos, pedindo exoneração deste Governo.

Outro dia em que houver menos que fazer, tratarei desses assuntos com os quais gostaria de manter uma distância asséptica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último domingo, ontem, o jornal **Correio Braziliense** publicou matéria sob a chancela "Histórias Nada Exemplares", na qual fala de arquivos secretos do então Deputado Distrital e hoje Senador Luiz Estevão, onde estariam registrados, no dia 23 de novembro de 1998, algumas considerações a respeito da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

É preciso, em primeiro lugar, fazer uma análise daquilo que o **Correio Braziliense** intitula de "arquivos secretos" e de três histórias nada exemplares que pretendo relatar aqui. Nesse arquivo ultra-secreto, ou um disquete apreendido ou feito ninguém sabe onde, estariam dentre outras matérias de cunho secreto, segundo o jornal, uma relação de cartões de Páscoa enviados pelo meu gabinete por ocasião daquela festa cristã; estariam, por exemplo, cópias de procurações outorgadas por mim a advogados, naturalmente públicas, já que constam de processos de livre acesso a todos aqueles que por elas se interessarem; e outros documentos, sem nada de secreto, sem nada de sigiloso, sem nada de confidencial.

O que diz o jornal? Que nesse "secretíssimo" arquivo, no ano de 1998, ou, mais especificamente, no dia 23 de novembro, teria sido produzido um documento com considerações genéricas, de cunho eminentemente jornalístico, acerca da obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Indagado sobre esse assunto na última sexta-feira, eu disse ao **Correio Braziliense**, em primeiro lugar, que nunca tive

arquivos secretos, muito menos em disquete de computador. Mais do que isso, que, no dia 23 de novembro de 1998, eu não me encontrava sequer mais no meu gabinete de Deputado Distrital, já que, eleito Senador e convidado a coordenar o trabalho da equipe de transição entre o antigo Governo e o novo Governo do Distrito Federal, chefiava eu aquele escritório, ao qual dedicava todas as horas do meu dia e muitas das minhas noites. Portanto, desconhecia completamente o assunto, não sabia, evidentemente, de qualquer documento nesse sentido. E, mais do que isso, se esse computador fosse originariamente do meu gabinete, não teria contado com a minha presença quando da feitura desse misterioso disquete. Eu disse ainda que é muito fácil se falsificar um disquete de computador, ao que o **Correio Braziliense** retruca na sua matéria que, ouvindo especialistas na questão, estes disseram que realmente é possível falsificar. No entanto, tendo em vista as datas do arquivo, o pretendo falsificador teria que ser dotado de premonição, para poder, um ano e meio antes, ter fabricado um disquete, plantando um assunto naquela data, que iria servir aos meus acusadores um ano a meio depois. Não é verdade. O **Correio Braziliense** sabe, assim como qualquer pessoa que tenha um mínimo de conhecimento sobre informática, que qualquer um pode pegar um disquete, abrir arquivos, atrasar o relógio do computador – manobra que leva menos de trinta segundos – e inserir qualquer assunto que lhe seja conveniente. Portanto, o **Correio Braziliense** sabe, e sabem os jornalistas que manipulam disquetes todos os dias, que se trata de uma falsificação passível de ser feita, das mais primárias e grosseiras.

Para provar que é verdadeiro, hoje pela manhã, enviamos ao **Correio Braziliense** um disquete produzido pelo mesmo computador, com a data de 23-11-98 às dezessete horas e dezoito minutos, exatamente o horário apontado pelo **Correio Braziliense**, reproduzindo a matéria publicada pelo jornal ontem. Da mesma maneira que seria impossível ter a premonição de fabricar um disquete com um ano e meio de antecedência, buscando no futuro me prejudicar, também seria uma premonição do operador de computador fabricar igual disquete antevendo uma matéria publicada pelo **Correio Braziliense** um ano de seis meses após aquela data.

Não custa pedir à imprensa que reflita um pouquinho, tenha um mínimo de consciência e de responsabilidade ao publicar matéria, ao publicar documentos anônimos, grosseiramente fabricados e falsificados com o intuito de prejudicar pessoas.

Nunca é demais lembrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que todos somos defensores da liberdade de imprensa, mas nunca é demais dizer que liberdade de imprensa não significa a imprensa ter o direito de dizer o que quer; liberdade de imprensa significa assegurar à imprensa o direito de dizer a verdade, que, por incrível que pareça, em muitos momentos está faltando.

Uma outra questão que quero trazer, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é a referência à matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e outros jornais no dia 13 de maio último, matéria de primeira página que diz o seguinte: "Estevão é acusado de mexer em conta para obra da Previ". Está aqui, matéria de primeira página, e dentro, manchete de página: "Estevão é acusado de movimentar conta da Previ". Por conta dessa matéria frequentei as páginas do jornal **O Estado de S. Paulo** e de outros jornais brasileiros no dia 16 de maio e em todos os dias subsequentes. Esta aqui, também manchete de página: "Conselheiro pede cassação do presidente da Previ", trazendo a minha fotografia.

Após mais de 40 matérias em diversos jornais de todo o País, sábado, dia 27 de maio, aparece a última notícia sobre o citado assunto: "Conselho da Previ recusa inquérito por ter chegado à conclusão que eram totalmente improcedentes os questionamentos levantados acerca desse assunto". Não fossem essas duas questões, na última sexta-feira, fui surpreendido com a notícia, manchete de um grande jornal brasileiro, repetida no sábado, domingo e na segunda-feira por outros jornais, emissoras de rádio e também emissoras de televisão, dando conta de maneira definitiva e peremptória de que seria eu o dono da empresa Incal Incorporações S/A, responsável pela construção da obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo.

Quero dizer que com essa notícia, evidentemente, fica muito claro o propósito de criar um clima que leve os senhores Senadores a chegar à conclusão de que, durante exatamente esse um ano e dois dias em que tenho procurado responder aos questionamentos – primeiro, da CPI do Judiciário e, depois, do processo a que sou submetido no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar – e em que tenho negado de forma categórica que tivesse eu qualquer envolvimento com a condução ou com as tratativas referentes à liberação de recursos para aquela obra, ou então que tivesse eu naquele empreendimento envolvimento com a empresa responsável, estivesse faltando à verdade.

Sr. Presidente, é muito difícil desfazer um boato, uma inverdade, quando é publicada com tal vigor e com tal intensidade. Já se disse que talvez na vida pública a boato, a versão seja muito mais forte que o fato. Mas, apesar disso, quero dizer que todo aquele que tem respeito pela sua própria biografia e que tem respeito pela verdade, não deve nunca abrir mão de lutar em todas as instâncias e de todas as formas para dar a verdade, aquilo que o Senador Lauro Campos teve oportunidade de dizer há pouco: o tempo para que a verdade sempre possa prevalecer. Por isso, trago aqui, à consideração das colegas e dos colegas Senadores, documentos originais, fotocópias autenticadas, documentos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo e nos livros próprios da empresa, que desmentem, de maneira completa e absoluta, a possibilidade de que eu seja ou tenha sido dono, direta ou indiretamente, ostensiva ou disfarçadamente daquela empresa.

Vamos aos fatos e aos documentos. Em 1992, 21 de fevereiro, numa sexta-feira, o Grupo OK preparava-se para ser um dos participantes da licitação de construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Havia 26 interessados naquela obra que haviam retirado o edital e se dedicado a cumprir todas as etapas atinentes à pré-qualificação. O Grupo OK reunia-se com diversas dessas empresas, discutindo a possibilidade de associação ou de consórcio, nos termos daquilo que era previsto no edital. Dentre as tratativas havidas, houve com o Grupo Incal e com o Grupo Monteiro de Barros, tendo sido firmado em 21 de fevereiro, sexta-feira, um documento em que a Incal Alumínio, que detinha 90% das ações da Incal Incorporações repassava e vendia essas ações para o Grupo OK. Qual era o valor dessa transação? Era o valor equivalente a 90% do capital da empresa, e o capital da empresa, naquele momento, era de um milhão de cruzeiros, equivalente, em moeda da época, a US\$600.00. Eu repito aqui não falei em 600 mil dólares, falei em 600 dólares, que equivaleriam hoje a cerca de 1.000 reais.

Poucas horas depois, o Grupo OK comunicou ao Grupo Incal e ao Grupo Monteiro de Barros que desistia daquela transação já que considerava mais vantajoso associar-se em consórcio a outra empresa, de mais de 60 anos de existência, de maior tradição no ramo da construção civil, para se qualificar melhor e pleitear, então, a possibilidade de sagrar-se vencedora da licitação.

A prova primeira da veracidade daquilo que está sendo dito encontra-se aqui sobre a mesa, uma certi-

dão da Junta Comercial do Estado de São Paulo, mostrando aqui o contrato de constituição do Incal incorporações S. A. que mostra que, no próprio dia 21 de fevereiro, o contrato foi registrado na Junta Comercial, tendo o capital de 1 milhão de cruzeiros, cerca de 600 dólares, e tendo como acionistas a Incal Alumínio, com 90%, e Monteiro de Barros, com 10%.

Ora, tivéssemos nós, efetivamente, concluído aquela transação, nesse dia 21 de fevereiro, o contrato a ser registrado na Junta não seria evidentemente esse, e sim aquele outro que se seguiria ao contrato frustrado de compra das ações por parte do Grupo OK.

Esse contrato, além de não ter sido registrado na Junta Comercial também jamais foi registrado no livro de registro de transferência de ações, que faço questão de exibir aqui também, que mostra quem foram os acionistas dessa empresa ao longo dos últimos 8 anos. Livro esse registrado na Junta Comercial em fevereiro de 1992, autenticado, mostra, de maneira inequívoca, a participação da Incal Alumínios, do Grupo Monteiro de Barros e também da pessoa física do Sr. Monteiro de Barros. Em nenhuma das páginas desse livro consta a participação do Grupo OK.

Mais do que isso, há aqui também o Livro de Transferência de Ações, que registra todas as negociações havidas entre os diretores e sócios dessa empresa ao longo dos anos e que mostra duas vendas efetuadas de ações. Nenhuma delas tem, em nenhum momento, o nome ou a chancela do Sr. Luiz Estevão, das empresas do Grupo OK, ou de qualquer dos seus sócios ou diretores.

Portanto, esse contrato natimorto – porque não chegou a sobreviver a poucas horas – jamais teve existência legal. Para que isso acontecesse, precisava que fosse registrado, quer na Junta Comercial do Estado de São Paulo – o que nunca ocorreu –, quer nos livros ora apresentados desta tribuna do Senado.

Mas muitos poderiam dizer: "Muito bem, não teve valor legal." Mas todos sabem que, muitas vezes, nem tudo o que é tratado no mundo dos negócios tem valor efetivamente legal. Pode ser refletido em contratos sigilosos – os chamados "contratos de gaveta" – em que as partes não registram e, assim, alguém se torna sócio oculto de uma determinada empresa ou instituição.

Afastada, portanto, a possibilidade de esse contrato refletir legalmente uma participação do Grupo OK na citada empresa, passo a examinar a possibilidade de realmente tratar-se de um "contrato de gaveta". Vamos discutir-lhe, em primeiro lugar, a validade

jurídica. Ora, esse contrato teria sido firmado em 21 de fevereiro de 1992. Foi registrado um outro contrato na Junta, como já demonstrado aqui. Apenas 75 dias depois, no dia 15, de maio de 1992 – e tenho aqui a Ata, para demonstrar isso de maneira absolutamente verdadeira e documental, os sócios da empresa, os representantes da Incal Alumínio e do Grupo Monteiro de Barros se reuniram em assembléia-geral extraordinária, ocasião em que decidiram elevar o capital da empresa. De que forma?

O Grupo Incal Alumínio, que detinha 90%, ou seja, 900 ações, não fez nenhum aumento de capital; e o Grupo Monteiro de Barros, que detinha cem ações e, portanto, 10% da empresa, fez um aporte de capital no valor de quatro bilhões de cruzeiros, quatro bilhões de cruzeiros – repito, passando, por conseguinte, a sua participação, anteriormente da ordem de 10%, para 99,9763% do capital social, reduzindo assim a participação daquela empresa, que nos teria vendido 90% dessas cotas, a míseros 0,00225% do capital. Logo, fosse esse um "contrato de gaveta", a partir de 15 de maio, se tivesse prosseguido a intenção de compra ou da celebração daquela transação comercial, a participação do sócio "oculto" seria reduzida a 0,00225% do capital.

Mais que isso: pouco tempo depois, aquela empresa, Incal Alumínio, que teria, no dia 21 de fevereiro, nos vendido 90% das ações, e a partir do dia 15 de maio reduzido para 0,00225%, simplesmente vendeu o restante das ações que possuía, o que torna o contrato absolutamente inconsistente. Se alguém se apoderasse daquele contrato e tentasse fazê-lo letra viva – já que era letra morta – chegaria à conclusão de que isso era impossível. Não se poderia validar uma operação de venda e compra, se o vendedor já não era mais detentor daqueles bens – no caso as ações – que havia se proposto a vender.

Portanto, é um contrato que não subsiste, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a nenhuma das hipóteses de sua validade, quer sob o aspecto de legalidade, quer sob o aspecto de juridicidade, quer sob o aspecto de valor patrimonial ou até de valor financeiro, já que era um contrato expresso em Cruzeiro, moeda que não se encontra vigente no nosso País pelo menos há seis anos.

Além de todos esses aspectos, permito-me aproveitar os últimos minutos que me restam para abordar a questão do registro nos livros próprios. Além o Ministério Público que, além do contrato citado, existe uma fotocópia não autenticada de um registro

desse contrato num Livro de Transferências de Ações. Pode ter acontecido. Ninguém discute.

Só que o que aconteceu com esse livro? Ele foi anulado mediante a posição de um carimbo escrito "cancelado". Esse livro foi depois extraviado. O extravio do livro foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo na data de quarta-feira, 29 de dezembro de 1993 – a página autêntica está aqui, comunicando o extravio do livro. Foi publicado também no Diário do Comércio da mesma data: 29 de dezembro de 1993.

Mediante essas duas publicações, onde estava o registro daquele natimorto contrato, bem como o seu cancelamento mediante a posição do carimbo de "cancelado", foi substituído, mediante autorização da Junta Comercial de São Paulo, por esse contrato aqui que, naturalmente, não tem mais o registro daquela transação porque era uma transação que não chegou a convalidar.

Se pegarmos o jornal **O Globo** de ontem, veremos que o jornal consultou uma série de juristas "expert" em direito comercial e que disseram que, para que essa operação fosse correta – da maneira que eu dizia – teriam que aparecer esses documentos, essas publicações, o novo livro registrado na junta e tudo mais. Pois bem, a esses juristas, cujos nomes desconheço – mas o jornal sabe quem são –, quero disponibilizar os livros bem como as publicações de jornal apenas para testar de forma inequívoca que essa foi a efetiva realidade do que aconteceu.

O que haveria de mal em que nós, juntamente com outras 26 empresas, procurássemos discutir às vésperas de uma licitação possibilidades de associação? Nada. Até hoje a lei das licitações permite que duas, três, quatro ou cinco empresas se associem sob forma de consórcio, com o fim exclusivo de disputar e – se vencer – contratar os resultados de uma licitação pública.

Disponibilizo aqui, Sr. Presidente, estas informações para todos os Colegas Senadores, para a imprensa e principalmente para o Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, que, de maneira um tanto quanto precipitada, a meu ver, procurou, numa entrevista concedida no último sábado, dar credibilidade aos documentos em poder do Ministério Público como se fossem a expressão definitiva da verdade. Transformou S. Ex^a um documento não-registrado de fevereiro de 1992 no retrato da situação da empresa nos dias, meses e anos subseqüentes. Não teve o cuidado de, como fiscal da lei – aliás, o maior fiscal da lei em nosso País, pois é uma das atribuições que esse órgão tem –, de, pelo menos, dirigir-se à Junta Co-

mercial via internet, na qual esses dados estão apresentados, verificar se esse contrato efetivamente algum dia foi registrado ou peticionar ao Juiz que determinasse à empresa encaminhar os livros a Juízo para que pudesse analisar se esse contrato alguma vez foi registrado no Livro de Registro de Ações. Se o tivesse feito, certamente, verificaria que esse contrato, embora assinado e com firma reconhecida, não produziu qualquer efeito.

Infelizmente, como afirmei no início do pronunciamento, a versão, principalmente na vida pública, supera os fatos. Mas não podemos nunca perder a esperança, porque a verdade, ainda que tardia, vale a pena. Para isso, nunca é demais fazer apenas uma pequena comparação com um dos maiores nomes da História do Brasil, Tiradentes, cuja frase está até hoje espelhada na bandeira de Minas Gerais: "Liberdade ainda que tardia", frase que poderia ter sido dita por ele, por Gandhi, em agosto de 1947, na independência da Índia, por Nelson Mandela, vendo finalmente a conquista de direitos iguais dos negros na África do Sul, e por todos aqueles que lutaram por muito tempo para chegar à liberdade.

Quero dizer, Senhores Senadores, que a verdade, embora ainda que tardia valha a pena, ela tardia é sempre uma injustiça, porque é o triunfo da injustiça e da mentira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quis falar há alguns dias, mas lamentavelmente não foi possível. Não obstante, achei por bem, até porque julgo a matéria atemporal, solicitar que seja feito um registro nos Anais da Casa da pesquisa que foi realizada pelo Vox Populi por encomenda da World Wildlife Fund (WWF), do Instituto Socioambiental e do Greenpeace. Essa pesquisa ouviu cerca de 503 pessoas, e o universo de pessoas pesquisadas se colocou numa perspectiva de ser contra qualquer tipo de ação política que não leve em conta o respeito pela preservação do meio ambiente. A pesquisa foi realizada recentemente, nos dias 20 e 21 de maio.

Foi muito interessante observar que as pessoas pesquisadas — já que foi feita por telefone — são aquelas que dispõem de um aparelho telefônico, embora isso não indique, necessariamente, uma condição social de classe média, mas, de pessoas que têm algum poder aquisitivo; significa também que pesso-

as das mais diferentes camadas da sociedade, que dispõem de um aparelho telefônico, foram ouvidas por esse tipo de pesquisa. E essas pessoas, talvez sem a devida consciência do ponto de vista da nossa Constituição, mas com a devida consciência do ponto de vista dos direitos que temos de usufruir um ambiente saudável, agora e no futuro, dos benefícios de uma natureza preservada, principalmente pensando nas gerações futuras, estavam devidamente respaldadas no que diz o art. 186 da nossa Constituição Federal, quando fala da função social da terra.

No art. 186, da Constituição Federal, há quatro incisos e estes caracterizam o que seria a função social da terra. Lá está escrito, de forma peremptória, sobre a função social da terra; que uma determinada propriedade tem uma função social. No seu inciso I, observa-se o aproveitamento racional e adequado da propriedade. No inciso II está a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente, etc.

É muito interessante notar o que se constatou no universo de pessoas pesquisadas.

Foi feita a seguinte pergunta: A conservação das florestas, no Brasil, é um obstáculo ao desenvolvimento nacional, pois impede o aumento da oferta de terras agrícolas? Cerca de 10% concordaram com essa afirmativa.

Depois veio a segunda pergunta: A conservação das florestas não atrapalha o desenvolvimento? Com a tecnologia existente, as terras já desmatadas são amplamente suficientes para aumentar a produção agrícola? Notem que, contra 10%, 88% dos pesquisados responderam que, com as novas técnicas já existentes, é possível utilizarmos as áreas que já foram degradadas, e termos rentabilidade agrícola suficiente.

Mais ainda, Sr. Presidente. Também foi feita esta pergunta: Para o Brasil se desenvolver, é preciso que todo o seu território seja ocupado por atividades agropecuárias, mesmo que isso implique no desmatamento e em danos à fauna, à flora e ao meio ambiente em geral? E 6% dos pesquisados responderam favoravelmente que se deve fazer essa ampliação da fronteira agrícola, mesmo que signifique todos esses prejuízos. E a segunda pergunta foi esta: A conservação ambiental não prejudica o desenvolvimento do Brasil, sabendo-se que existem muitas atividades econômicas rentáveis que não agredem o meio ambiente e geram empregos para os brasileiros? E 93% do universo dos pesquisados responderam favoravelmente a essa afirmação.

De sorte, Sr. Presidente, que quero deixar registrada nos Anais da Casa a pesquisa por inteiro, porque são muito felizes as informações que aqui temos para que o Congresso Nacional, os Parlamentares, o Poder Executivo, enfim, aqueles que têm o poder de estar dando rumos à nossa economia, fiquem bem atentos para os números que aqui estão indicados.

Essa pesquisa ocorreu no bojo da discussão do Código Florestal, em que o Deputado Moacir Micheletto estava propondo o aumento do corte raso na Amazônia, diminuindo a reserva legal de 80% para 50%, e no cerrado amazônico, diminuindo de 50% para 35%.

A sociedade brasileira manifestou-se, com muita veemência, contra essa proposta de ampliarmos a fronteira agrícola, visando, única e exclusivamente, àquela velha estratégia do crescimento econômico pelo viés de estarmos debelando, cada vez mais, os nossos recursos naturais. Essa proposta foi rechaçada em um único final de semana, em que o Congresso Nacional recebeu cerca de 20 mil e-mails, onde as pessoas protestavam, sem falar no que recebemos durante a semana – cartas, telefonemas –, tudo o que foi feito em termos de cobertura, nos meios de comunicação, em que as pessoas podiam manifestar-se.

Devo registrar que a opinião pública foi informada com bastante competência pelos meios de comunicação a respeito da proposta do Deputado Moacir Micheletto. O que aconteceu e ocorre, neste momento, é um recado muito importante para um segmento social, tanto dos políticos quanto dos grupos empresariais, de que a sociedade já não mais aceita o velho discurso do desenvolvimento pelo desenvolvimento. Lembro-me que antigamente era muito fácil acusar os ambientalistas e os Parlamentares compromissados com a defesa do meio ambiente de serem atrasados e contra o progresso. Graças a Deus que, ao longo de mais de vinte anos, um grupo de pessoas, de cientistas, de pesquisadores e daqueles que se identificam com a defesa do meio ambiente, trabalhou até à exaustão, mas com muita competência e compromisso, a fim de poderem falar em um novo modelo de desenvolvimento que não seja o velho paradigma calçado na idéia do lucro imediato de sacrificar os recursos de um milênio pelo lucro de dez, cinco ou até mesmo de três anos; a velha idéia de que floresta não é um bem econômico, de que a nossa biodiversidade não tem valor e de não medir os custos ambientais de suas atividades econômicas, porque esses custos constituem

prejuízos inclusive econômicos numa perspectiva de curto prazo.

Vejam V. Ex^{as} que, enquanto um hectare de floresta, se for corretamente manejada, ou devidamente trabalhada com todos os critérios de manejo florestal e de certificação de origem, dá um retorno de 71%, derrubando-se a floresta com a finalidade de plantar capim haverá um retorno de 4,2%.

Quem é atrasado? São os ambientalistas que defendem que a floresta é a nossa galinha dos ovos de ouro e que nela há riquezas que podem ser muito maiores e melhores em termos econômicos, sociais e ambientais do que a velha prática da expansão da fronteira agrícola, ou aqueles com mentalidade atrasada, que pensam que derrubar e derrubar florestas para plantar capim é a redenção da nossa agricultura, da nossa pecuária?

Sr. Presidente, trago esses dados e quero deixá-los nos Anais da Casa, porque constituem um recado claro de que a sociedade brasileira, a juventude, está passando por uma fase muito interessante. Lembro que, antigamente, para mobilizar as pessoas, era fundamental ter uma bandeira específica: o aumento salarial, mais emprego, qualquer coisa que as movessem por um sentido da corporação de que faziam parte. Hoje, graças a Deus, a maioria dos brasileiros começa a se movimentar e a se mobilizar por bandeiras que sejam de interesse da sociedade como um todo. Se observarmos os episódios da Marcha de Brasília e de Coroa Vermelha e, recentemente, a luta que a sociedade brasileira levou a cabo contra a mudança do Código Florestal nos termos propostos pelo Deputado Moacir Micheletto, é mais do que certo aquilo que estou afirmando. A sociedade brasileira hoje tem um sentido de coletividade bem maior. Antes, estávamos sempre ligados à nossa corporação, ao nosso interesse imediato; atualmente, as pessoas se mobilizam na defesa das florestas.

Fiquei muito feliz, quando vi que as minhas filhas de 10 e 6 anos queriam, de qualquer forma, participar da manifestação, que estava marcada, contra a derrubada das florestas. Graças a Deus, o projeto foi arquivado antes. Elas disseram que queriam ir mesmo assim – as crianças gostam muito de se mobilizar –, mas argumentei que, naquele momento, não havia necessidade, porque o projeto estava arquivado até que se chegasse a um acordo sobre o Código Florestal.

É incrível como a sociedade brasileira, hoje, tem um sentido de coletividade bem maior do que há dez anos. Os dados aqui mencionados dão conta de que o Congresso Nacional deve ficar atento para os proje-

tos que são votados. Prestei muita atenção em como votaram alguns Deputados. Havia 14 Deputados para votar a proposta do Deputado Moacir Micheletto, mas, no dia da votação, havia apenas 13 presentes. Destes, dez votaram favoravelmente à proposta, e só três votaram contra: eu, o Deputado Marcos Afonso e um Deputado do PMDB do Estado do Pará. Esqueci o nome de S. Ex^a, depois mencionarei, mesmo cometendo uma injustiça. S. Ex^a foi muito corajoso; foi o único da bancada de sustentação do Governo que teve coragem de votar a favor da sociedade e do povo brasileiro. Naquela oportunidade, ouvi alguns Deputados e Senadores dizerem que expandir a fronteira agrícola era a única saída para o crescimento da agricultura, para salvarmos o desenvolvimento de nosso País. Ora, Sr. Presidente, já devastamos a maior parte da Mata Atlântica, que hoje se restringe a 8%. Argumentar que a salvação da lavoura está no aumento do corte raso na Mata Atlântica é, no mínimo, subestimar a nossa inteligência.

Sobrevoando a Bahia, vi aquelas bonitas ilhas de Mata Atlântica. Dava-me dor no coração verificar que havia muitas áreas completamente carecas, como costumamos dizer na Amazônia. E a parte com cobertura vegetal era um verdadeiro espetáculo. Aquelas pequenas ilhas de floresta nativa não devem ser derrubadas, não podem significar a expansão e a redenção da economia do Estado da Bahia. Ao contrário, a redenção e a expansão da economia dos Estados da Bahia, São Paulo e, Minas, está em investimentos nas áreas devastadas, mas usando tecnologia e qualidade, para obtermos um maior resultado, sem precisarmos pressionar mais as nossas florestas.

A Assessoria do Senado trouxe-me a resposta que pedi: o nome do Deputado que corajosamente votou contra a proposta do Deputado Moacir Micheletto é Jorge Costa, do PMDB do Pará. Não quero satanizar os colegas que concordaram com aquela proposta, até porque o próprio Deputado Moacir Micheletto, no debate que travamos na TV Senado, concordou em que preferia deixar como estávamos advogando: manter 80% na Amazônia e 50% no cerrado amazônico, até que se faça o zoneamento ecológico-econômico.

Se essa compreensão já estivesse posta antes de criada toda a confusão, hoje eu não estaria fazendo este discurso, talvez essa pesquisa não tivesse sido feita. No entanto, Deus escreve certo por linhas tortas, e tenho certeza de que tudo isso aconteceu, para que os políticos, principalmente os do Congres-

so Nacional, passem a ter uma melhor sintonia com o que está sendo produzido em termos de ciência.

A ciência diz que é possível ampliar nossa capacidade de produção bovina sem derrubar florestas; se for o caso, dobrá-la, na Amazônia. Também afirma que a Amazônia não é toda fértil, isto é, existe uma maior quantidade de terras ácidas e uma grande quantidade de terras que são úmidas, não propícias à agricultura e à pastagem. Hoje, está provado que os pastos reformados têm maior rentabilidade que os pastos feitos pelo processo de derrubada ou queimada da floresta. Isso é um fato, e alguns pecuaristas até estão apostando nesse novo modelo, nessa nova forma de agir e pensar.

Quando vejo pessoas dizerem que os ambientalistas e os ecologistas são atrasados, fico pensando que, se essas pessoas lessem um pouquinho mais e verificassem o que está acontecendo na vida real com alguns programas de desenvolvimento sustentável na Amazônia e em algumas regiões de nosso País, não nos colocariam essa pecha. Pelo contrário, fariam uma crítica do modelo implementado, que há 20 anos vem sendo levado a cabo e não tem dado as respostas econômicas, sociais, ambientais e assim por diante.

Penso que alguns setores a estão fazendo, porque o empresário de visão não quer derrubar a floresta por derrubar: quer que seu empreendimento tenha retorno econômico. Ele não visa apenas ao lucro: deseja que seu empreendimento tenha retorno econômico e social, cumprindo a função social que uma propriedade deve ter, seja pública ou privada. Cada propriedade deve cumprir essa função social de dar respostas em termos econômicos.

De sorte que fico feliz com os dados que aqui foram apresentados e por saber que boa parte dos segmentos sociais que estão em sintonia com o novo paradigma de desenvolvimento para o nosso País o estão também, de certa forma, com o que pensa e deseja a sociedade brasileira: um desenvolvimento que não leve à destruição das nossas florestas. Aliás, na Amazônia, já há 12% de área com corte raso e 27% com ação antrópica, ao passo que, nas demais regiões, no caso da Mata Atlântica, há apenas 8%, que deverão ser necessariamente preservados, para que não causemos um dano ambiental imperdoável e irreparável no decorrer do tempo, com prejuízos muito grandes para as gerações futuras.

**SEGUE DOCUMENTO A QUE SE
REFERE A SENADORA MARINA SILVA
EM SEU DISCURSO.**

BRASILEIROS QUEREM MAIS PROTEÇÃO PARA AS FLORESTAS

Pesquisa nacional, realizada pelo Vox Populi, constata que brasileiros repudiam políticos e propostas que aumentem desmatamento florestal no país

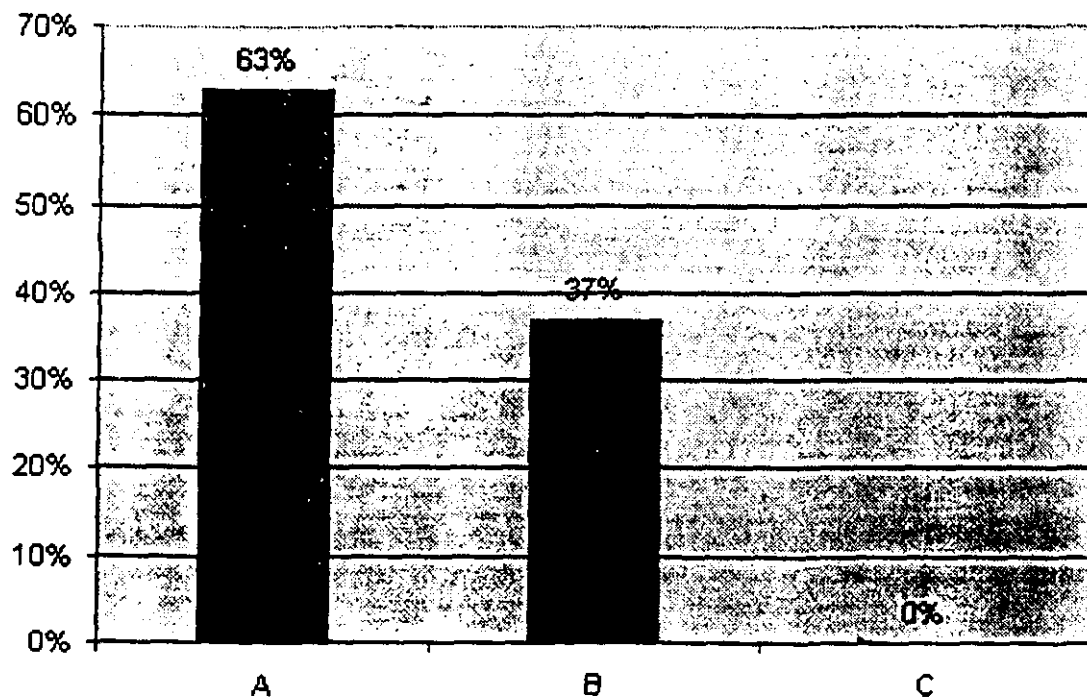
O Instituto Socioambiental, a Greenpeace, o WWF e a Agência Estado estão divulgando os resultados de uma pesquisa nacional de opinião cujo foco são as mudanças que estão sendo propostas para o Código Florestal, a Lei 4.771/65. A pesquisa, realizada pelo Instituto Vox Populi, procurou aferir qual o nível de informação sobre tais mudanças e quais as tendências da opinião pública brasileira em relação à proteção do meio ambiente no país.

As entrevistas, realizadas por telefone entre os dias 20 e 21 de maio passado em municípios de todas as regiões do país, constatou que 88% dos 503 entrevistados defendem que a proteção das florestas brasileiras deveria aumentar, e não diminuir, como pretendem parlamentares da bancada ruralista do Congresso Nacional.

Resultados da pesquisa

Gráfico 1

O Congresso Nacional está discutindo mudanças na lei que protege as florestas brasileiras, o nosso código florestal. Você sabia disso ou está sabendo agora?



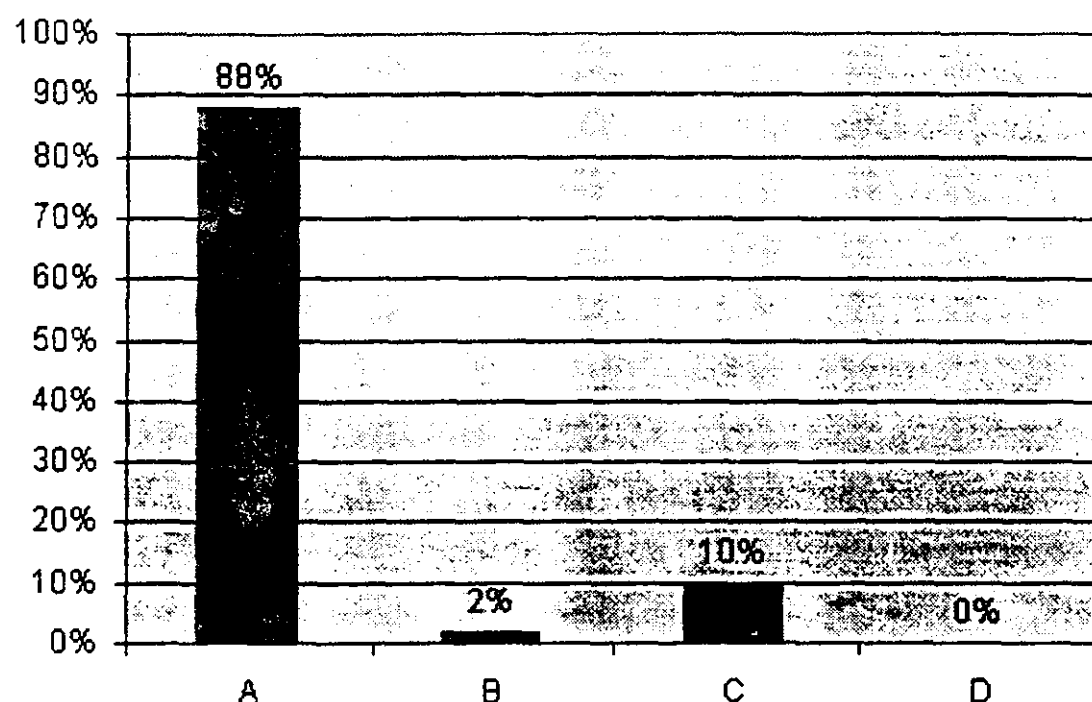
A Sabia

B Está sabendo agora

C Não Respondeu

Gráfico 2

Pela lei atual, pode ser desmatada 20% da Amazônia e 80% das outras regiões do país. Na sua opinião, de maneira geral, as mudanças a serem feitas na lei que protege as florestas brasileiras deve:

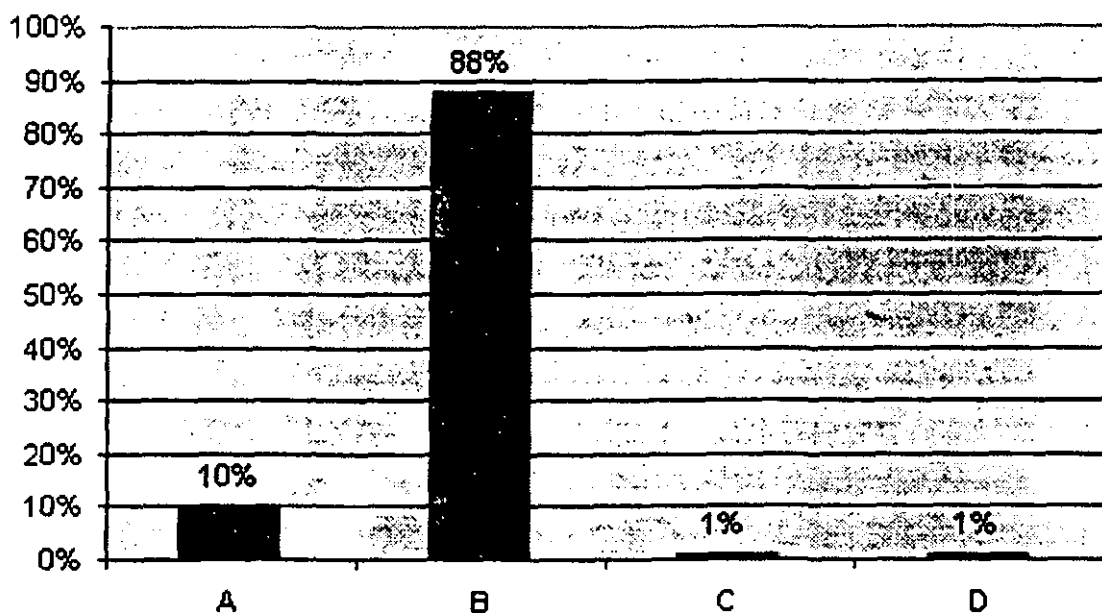


- A** Aumentar a proteção das florestas
- B** Diminuir a proteção das florestas
- C** Deixar como está hoje
- D** Não sabe

Gráfico 3

Sabendo que a conservação permite o uso da floresta sem a sua destruição, com qual destas afirmativas você concorda:

- A conservação das florestas no Brasil é um obstáculo ao desenvolvimento nacional, pois impede o aumento da oferta de terras agrícolas.
- A conservação das florestas não atrapalha o desenvolvimento, pois, com a tecnologia existente, as terras já desmatadas são amplamente suficientes para aumentar a produção agrícola.

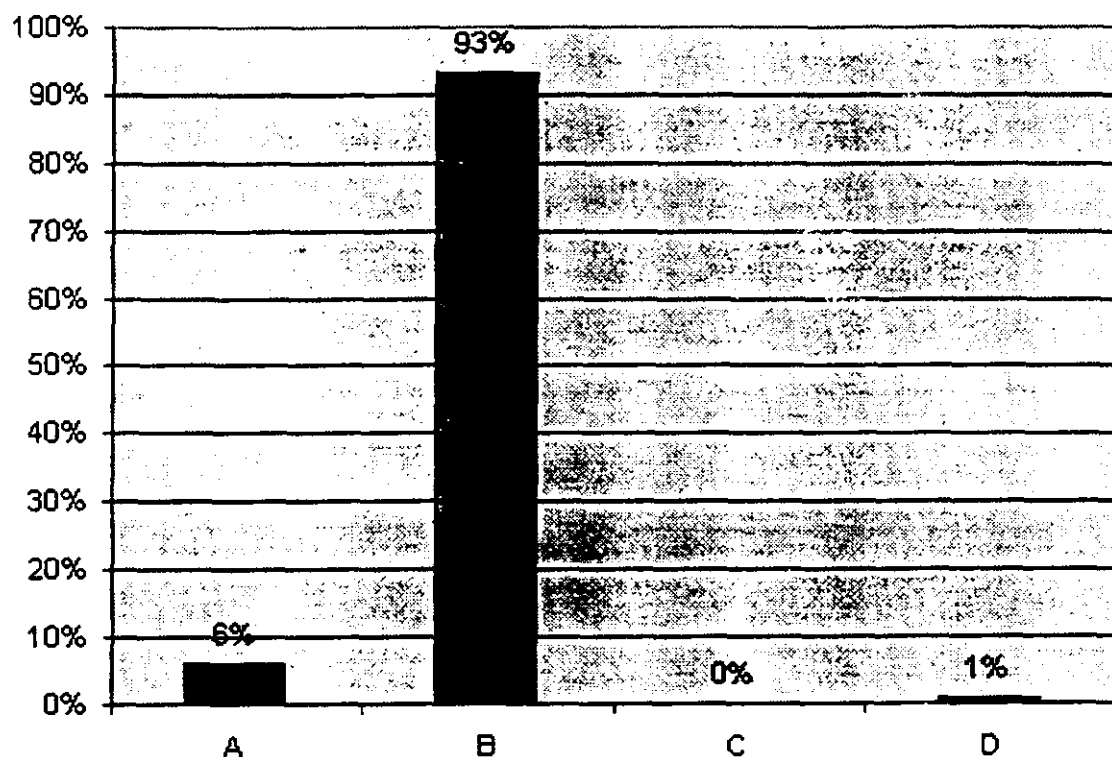


- A** Com a primeira
B Com a segunda
C Nenhuma das duas/outra
D Não sabe/Não respondeu

Gráfico 4

- Para o Brasil se desenvolver é preciso que todo o seu território seja ocupado por atividades agropecuárias, mesmo que isso implique no desmatamento, em danos à fauna e flora e ao meio ambiente em geral.
- A conservação ambiental não prejudica o desenvolvimento do Brasil, pois existem muitas atividades econômicas rentáveis que não agredem o meio ambiente e que geram empregos para os brasileiros.

Você concorda:

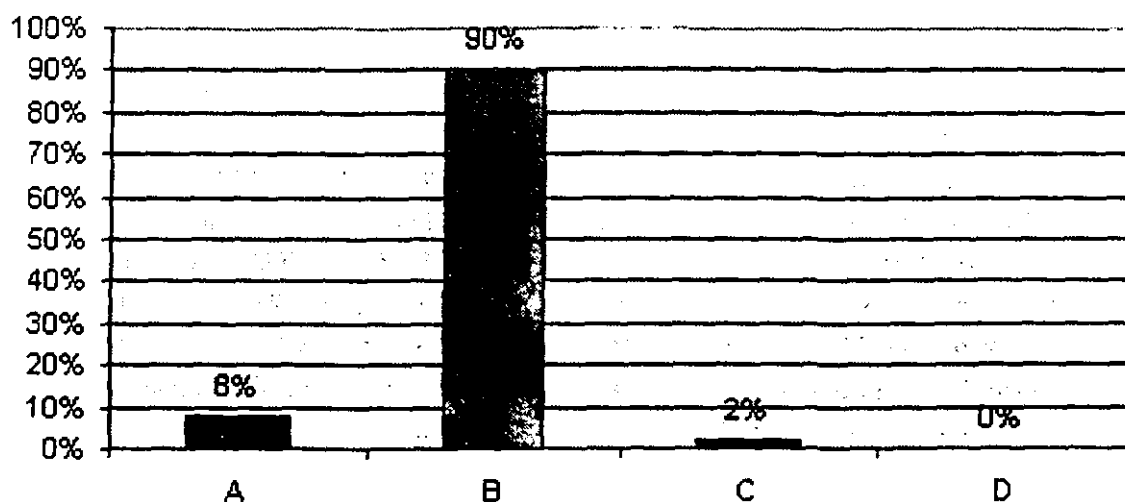


- A** Com a primeira
B Com a segunda
C Nenhuma das duas/outra
D Não sabe

Gráfico 5

No Congresso, alguns deputados defendem o aumento do desmatamento da Amazônia, afirmando que irá aumentar a oferta de terras agrícolas e assim contribuir para diminuir a fome dos brasileiros.

Você concorda com isso, ou seja:



A Você acha que aumento do desmatamento vai diminuir a fome

B Provavelmente aumento do desmatamento não vai diminuir a fome

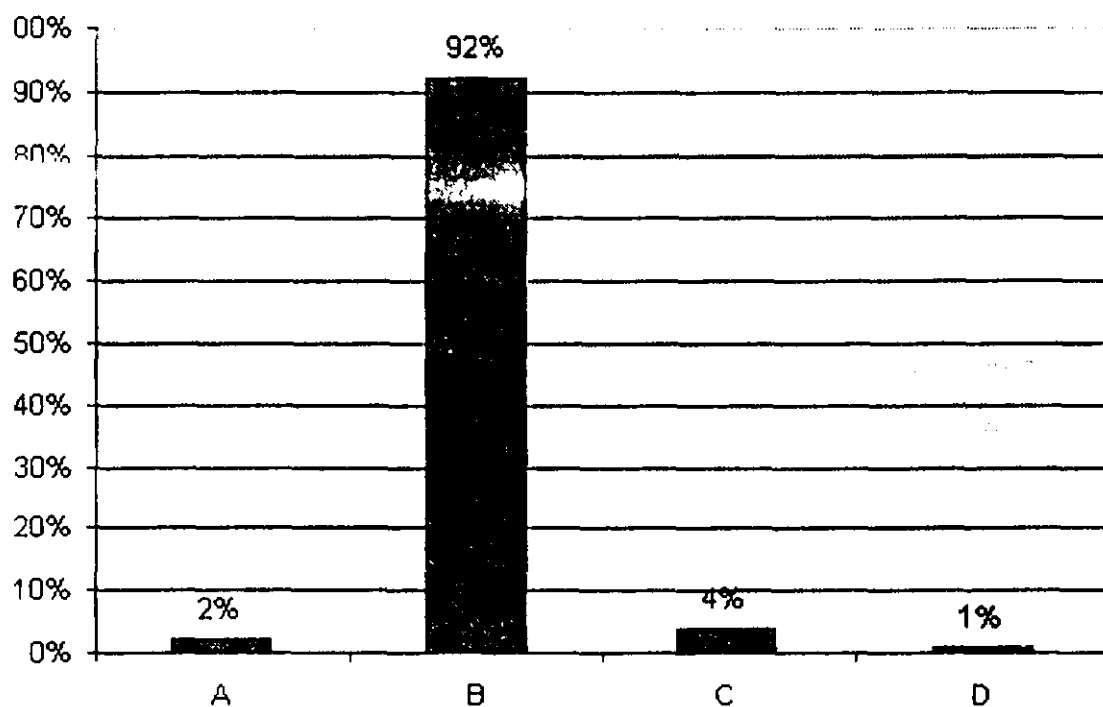
C Não sabe

D Não respondeu

Gráfico 6

O Congresso está discutindo um novo texto para o código florestal. Qual principal uso você acha que deve ser dado à floresta:

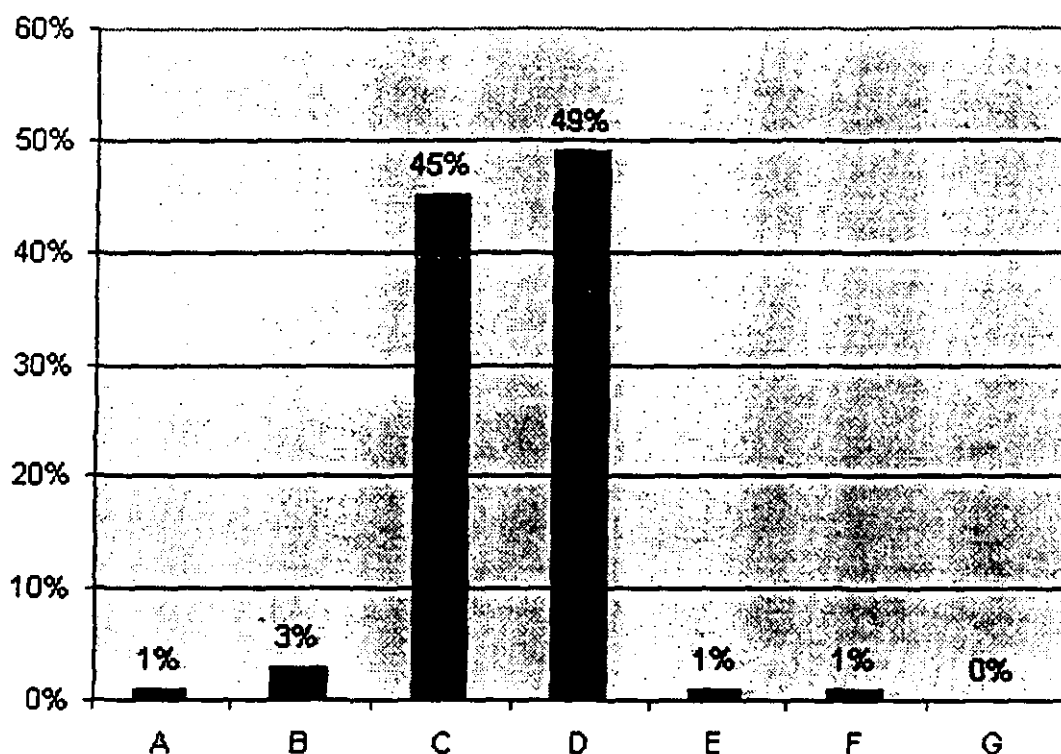
1. Uso para a agropecuária com desmatamento.
2. Uso dos recursos florestais, incluindo madeira, extrativismo e ecoturismo sem desmatamento.



- A** Uso para a agropecuária com desmatamento
B Uso dos recursos florestais, incluindo madeira, extrativismo
C Nenhuma das duas/outra
D Não sabe

Gráfico 7

Hoje, na Amazônia, os proprietários de terras podem desmatar até 20% de suas propriedades. Com qual das seguintes opiniões você mais concorda:



A Que a área desmatada aumente para 80%

B Que a área desmatada aumente para 50%

C Que os 20% permitidos atualmente sejam mantidos

D Você acha que 20% permitidos atualmente devem ser diminuídos

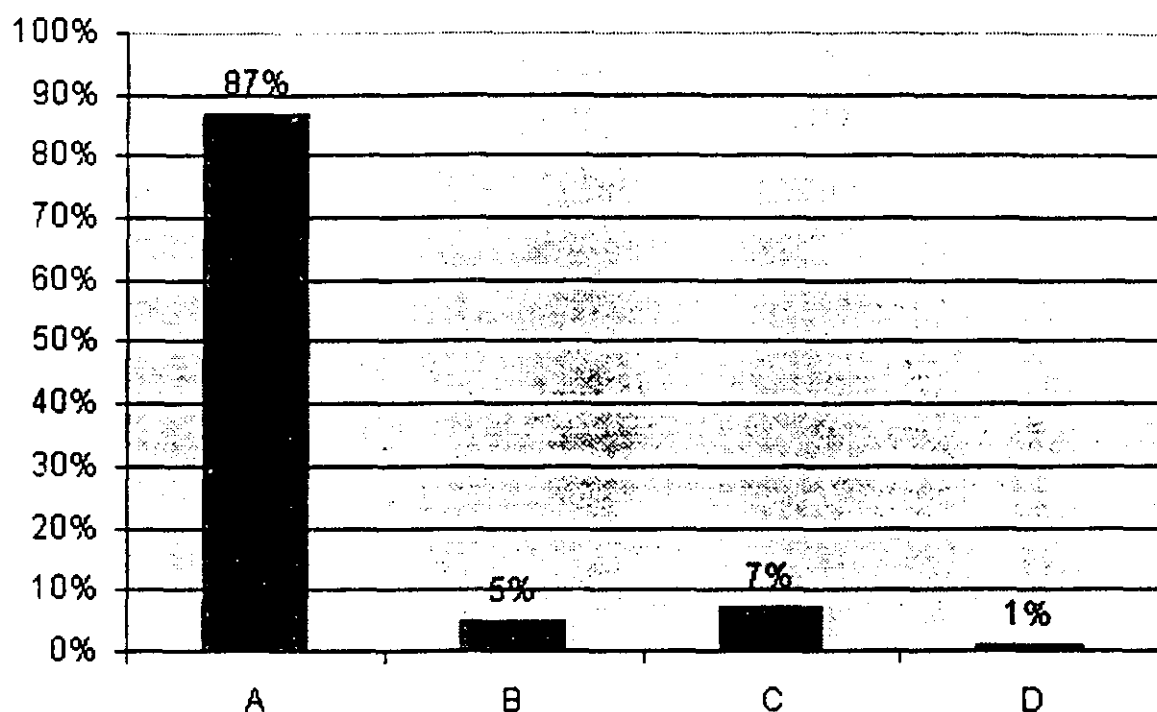
E Nenhuma destas/outra

F Não Sabe

G Não Respondeu

Gráfico 8

Hoje, em todo o Brasil, as áreas em torno de nascentes, margens de rios e lagos, topo e encostas de morros são protegidas legalmente e não podem ser desmatadas, com o objetivo de evitar enchentes, desmoronamentos e falta d'água. Você acha que os proprietários que desmataram essas áreas devem ser:



A Multados/obrigados a recompor a vegetação da área desmatada

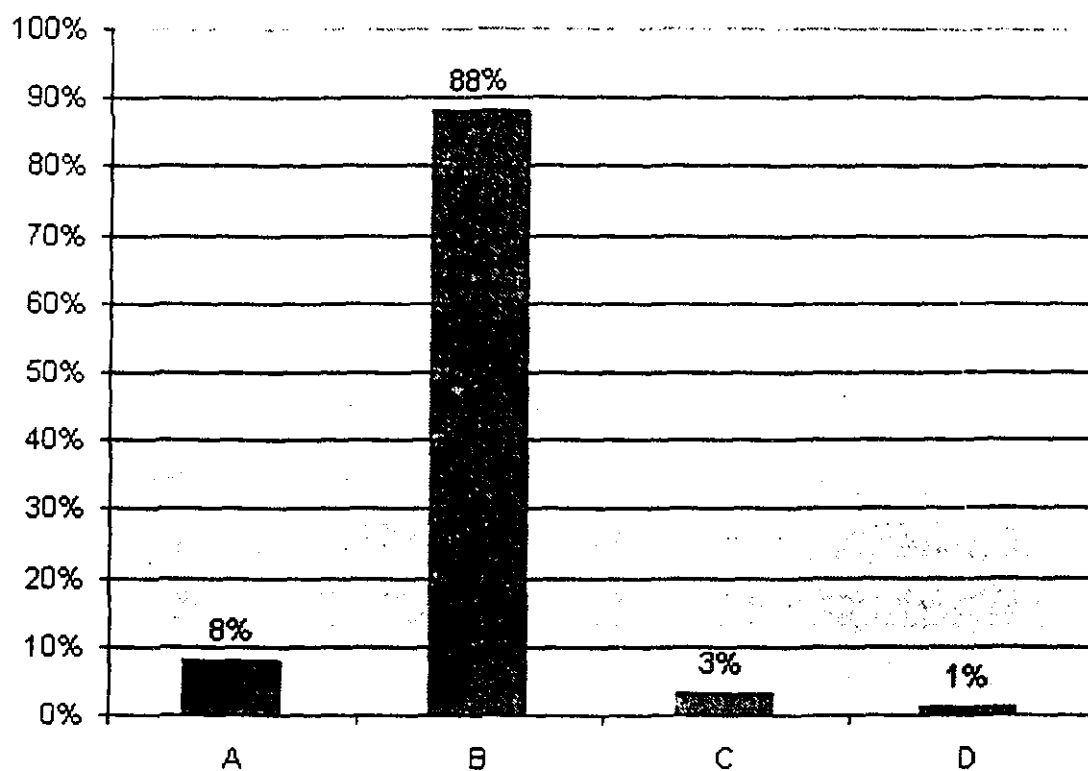
B Liberados para deixar a área como estiver

C Nenhuma destas/outra

D Não Sabe

Gráfico 9

Você votaria em um deputado ou senador que defende o aumento da área de desmatamento das florestas brasileiras ou não?



- A** Sim
- B** Não
- C** Não Sabe
- D** Não Respondeu

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna movido pelo sentimento de preocupação com as consequências geradas a partir dos cortes apostos pelo Executivo à Lei Orçamentária aprovada pelo Congresso, que, em algumas áreas, como no Ministério da Integração Nacional, chegam a 68% e, o que é mais grave, atingem também a área social, já tão sacrificada em nosso País.

Feita a constatação, surge a pergunta: não seria hora de propormos mudança na elaboração e na execução do Orçamento? É o momento de o Congresso repensar o seu papel nessa matéria e marcar uma firme posição em defesa de suas prerrogativas.

Elaborei este discurso logo após a aprovação da Lei Orçamentária, tendo em mente construir uma abordagem do atual momento por que passa o Estado de Pernambuco, destacando os avanços da administração Jarbas Vasconcelos em seu primeiro ano de governo e relacionando os projetos a cargo do Estado e da União, previstos no Orçamento de 2000. Mas, em vista dos cortes e sem termos um total conhecimento de sua amplitude, apelo aos companheiros da Bancada de Pernambuco para que, juntos, possamos viabilizar a execução dos projetos aqui descritos.

O Estado de Pernambuco está vivendo um momento especial de sua história recente. A atual administração do Governador Jarbas Vasconcelos, com a cooperação do Governo Federal, está construindo as bases de um desenvolvimento consistente e sustentável.

Imbuídos desse propósito de transformação, a Bancada de Pernambuco no Congresso Nacional, unindo esforços ao Vice-Presidente Marco Maciel, tem buscado apoiar de maneira eficaz as iniciativas do Executivo estadual, notadamente no que diz respeito à alocação de recursos no Orçamento Geral da União para a conclusão e a implantação de obras estruturadoras em todo o Estado.

É grande o esforço despendido pelo Governo Estadual, objetivando o reordenamento das finanças públicas, merecendo destaque especial três iniciativas que, ao meu ver, sintetizam a forma competente pela qual vem se conduzindo a atual administração. São elas:

– o refinanciamento da dívida estadual, advinda da emissão fraudulenta de letras financeiras do Te-

souro para financiar o pagamento de precatórios judiciais inexistentes. Autorizado pela Resolução nº 22/99 desta Casa, de cuja elaboração tive o privilégio de participar ativamente, o Governador Jarbas Vasconcelos pôde refinar um débito de R\$360 milhões de títulos, cuja primeira parcela havia vencido no mês de junho de 1999, com as demais vencendo até 2001, em 120 meses, fato esse imprescindível ao equacionamento da questão financeira em nosso Estado;

– o êxito atingido com a privatização da Celpe, Companhia Energética de Pernambuco, cujos recursos da ordem de R\$1,73 bilhão serão criteriosamente utilizados para viabilizar o ajuste fiscal do Estado, bem como promover a execução de projetos estruturadores da economia;

– finalmente, a prioridade que o Governo está atribuindo à reforma administrativa do Estado, enfatizando mudanças na forma de atuação, com base em métodos e procedimentos gerenciais modernos.

Apesar das importantes mudanças no perfil socioeconômico de Pernambuco, ocorridas ao longo das últimas décadas, quando, segundo dados da Sudene, o PIB Estadual saltou de US\$5,2 bilhões para US\$22,5 bilhões, entre 1970 e 1997, a qualidade de vida da maioria da população, entretanto, não acompanhou o mesmo ritmo.

Ao lado de uma extraordinária vocação para as atividades terciárias, que hoje já representam quase 70% do seu Produto Interno Bruto, bem como de uma acentuada diversificação de sua base industrial, Pernambuco convive ainda com o secular anacronismo estrutural da zona canavieira, em permanente crise, e com uma conjuntura adversa representada pela região semi-árida, periodicamente assolada por secas calamitosas.

Além desses entraves, o Governo de Pernambuco vem enfrentando, nos últimos anos, um acentuado desequilíbrio das contas públicas que praticamente eliminou a capacidade de investimento do Estado. Esse desequilíbrio acentuou-se pela conjugação de várias causas, entre elas o crescimento das despesas com os juros e os encargos da dívida resultantes da já mencionada "operação dos precatórios" do Governo anterior; o aumento dos dispêndios com o componente "pessoal e encargos", que atingiu 85,3% da receita corrente líquida, em 1995; a redução das transferências automáticas do Governo Federal; bem como o baixo crescimento da economia e a enorme evasão fiscal.

Dentro desse contexto, desenvolveu-se em Pernambuco uma nova forma de governar, articulando a participação da sociedade e a eficiência administrativa, refletida na própria concepção do Plano Plurianual do Governo para o período 2000/2003, que tomou como base uma ampla consulta à população mediante o Programa Governo nos Municípios: Orçamento Participativo. Por meio desse Programa, o Governo inicia a desconcentração do desenvolvimento pernambucano, promovendo investimentos nas diversas regiões e nos municípios do interior do Estado.

O PPA prevê a aplicação, no próximo quadriênio, de valores da ordem de R\$21,9 bilhões, com recursos públicos, dos quais cerca de R\$4,7 bilhões estão previstos para o ano 2000, sendo o restante relativo ao período 2001/2003.

O Orçamento do Estado para 2000, aprovado pela Assembléia Legislativa, estabelece a aplicação de outros R\$120 milhões oriundos da privatização da Celpe, sendo R\$150 milhões referentes ao pagamento de débitos com a Companhia Energética, R\$100 milhões em parcelas da dívida com a União e os restantes R\$120 milhões destinados a contrapartidas das obras previstas nos projetos que recebem financiamento externo. Esses recursos da privatização, que totalizam R\$1,73 bilhão, contribuirão decisivamente para o Estado, nos próximos anos, sanear as finanças públicas, viabilizar a estabilidade fiscal e recuperar sua capacidade de investimento.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, esse ambiente de mudanças positivas não poderia lograr êxito em Pernambuco, não fosse lastreado em uma sólida aliança política formada pela mesma coaligação de Partidos que dá apoio, no Congresso Nacional, ao Presidente Fernando Henrique. Essa correlação de forças, que busca contribuir, acima de diferenças partidárias, para o sucesso das reformas empreendidas pelo Governador, gera também um ambiente de cooperação entre os Governos Federal e Estadual, cujos frutos já começam a ser notados em toda a economia pernambucana.

A previsão de recursos incluídos no Orçamento da União para Pernambuco, no ano 2000, totaliza R\$1,415 bilhão. Esse montante de recursos refere-se aos valores orçamentários alocados para aplicação por intermédio de órgãos federais, bem como às transferências destinadas aos Municípios do Estado.

Entre os projetos estruturadores, destinados a recuperar e a fortalecer a base econômica do Estado, impulsionando seu desenvolvimento, que receberam uma atenção especial da Bancada, destaco os de

maior impacto na área de infra-estrutura, incluindo irrigação e abastecimento d'água:

Complexo de Suape. A ampliação do Porto de Suape deverá contar com um aporte de R\$49,9 milhões do Orçamento Geral da União para o ano 2000, além da contrapartida do Estado, que deverá ser de R\$8 milhões a R\$10 milhões. É o maior destaque de recursos já consignados no Orçamento da União para o Complexo Industrial e Portuário de Suape desde o início das obras, em 1975.

O Complexo está estrategicamente situado próximo às rotas marítimas internacionais do Atlântico Sul, sendo conectado pelas principais rodovias e ferrovias do Nordeste às principais áreas produtoras de mercadorias exportáveis como o açúcar da Zona da Mata, as frutas tropicais do Vale do São Francisco e, em breve, os grãos dos cerrados, através da Transnordestina e da hidrovia do São Francisco. Já está sendo concluído um estudo de viabilidade técnica e econômica de um terminal de grãos, que deverá receber R\$50 milhões de investimentos privados. Este terminal deverá transformar Suape* no maior distribuidor de grãos do Nordeste, movimentando de dois a seis bilhões de toneladas de grãos por ano.

BR-232. A duplicação do trecho Recife—Caruaru vai descongestionar a estrada que constitui a espinha dorsal do transporte rodoviário do Estado, pois corta todo o seu território, interligando a capital pernambucana ao interior, constituindo-se um dos principais eixos de desenvolvimento do Estado. Trata-se de uma obra de 120 quilômetros de rodovia pavimentada, com custo total estimado em R\$160 milhões e previsão para conclusão em dois anos e meio.

A União participará neste ano com R\$20,4 milhões. Essa obra veio melhorar e conseqüentemente reduzir os custos de transporte inclusive dos produtos da agricultura irrigada do Vale do São Francisco e do gesso da região do Araripe, que demandam a região metropolitana do Recife tanto para consumo como para exportação pelo Porto de Suape. A obra também possibilitará uma maior integração entre o Recife e os mais importantes centros urbanos do interior do Estado, como Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Arcoverde, Belo Jardim e Gravatá.

BR-101. A sua duplicação melhorará as interligações do transporte rodoviário com o centro-sul do País, facilitando o acesso ao Porto de Suape, propiciando uma melhor integração do Recife — maior centro prestador de serviços do Nordeste — com os demais centros urbanos localizados ao longo da rodovia, como Maceió, João Pessoa e Natal, e facilitando o

acesso às praias da costa dourada e ao litoral norte de Pernambuco, bem como à zona costeira dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Além dos investimentos já realizados, estão previstos no Orçamento Geral da União, o aporte de mais R\$4 milhões para este exercício.

Metrô do Recife: com a expansão da rede em dois trechos, a região metropolitana do Estado passará a dispor da segunda maior rede de metrô do País, com 39,5Km de extensão, superada apenas pela de São Paulo. Essa ampliação vai propiciar a conexão de toda a rede de trens metropolitanos com o sistema de transporte por ônibus, evitando a circulação de aproximadamente 200 ônibus no centro da cidade e descongestionando o tráfego. O primeiro trecho expande o metrô em direção à zona sul da região metropolitana, uma das áreas mais densamente povoadas da cidade, além de interligar o aeroporto e um dos mais movimentados shopping center do Brasil com todo o sistema de transportes urbanos. O segundo conecta a malha do metrô a um dos maiores bairros populares do município metropolitano de Camaragibe.

Estão previstos R\$ 56,6 milhões para essas obras de expansão do Metrô do Recife.

Aeroportos: a ampliação e melhoria dos aeroportos do Estado, inclusive o de Recife e de Petrolina, proporcionarão muitos benefícios para o desenvolvimento estadual, principalmente pelo incremento ao turismo e às exportações. O dos Guararapes, em Recife, teve, recentemente, ampliado o seu pátio de taxiamento, que agora conta com capacidade para 26 aeronaves. Em breve, terá um novo terminal de passageiros, que terá capacidade para receber 4,5 milhões de pessoas por ano, proporcionando qualidade e conforto comparáveis aos melhores aeroportos do País. Atualmente o aeroporto tem capacidade para um milhão e oitocentos mil passageiros e recebe dois milhões meio. Essas melhorias deverão resultar em um aumento de 30% a 40% no número de vôos procedentes da Europa e Estados Unidos, tendo o Recife como destino. O de Petrolina também teve sua pista ampliada de forma a receber aviões de grande porte, inclusive para o transporte de frutas para o exterior. Estão previstos R\$ 25 milhões no Orçamento Geral da União para serem aplicados nessas obras.

Ferrovia Transnordestina : O Governo Federal também participa da construção da ferrovia que ligará o modal hidroviário do São Francisco com o porto de Suape e interliga o trecho ferroviário baiano, como o do Ceará e o de Pernambuco, conectando, assim,

todo o sistema ferroviário regional. A obra está orçada em R\$400 milhões. O esquema de financiamento dos investimentos prevê a participação do BNDES e da Companhia Ferroviária do Nordeste, cada qual com aporte de R\$100 milhões, sendo que os R\$200 milhões restantes seriam alocados pelo Finor/Sudene.

Energia elétrica: No setor elétrico, a União investirá R\$31 milhões no sistema de transmissão de energia de Xingó, em Pernambuco, que está sendo implantado pela Chesf, com a construção de 180km de linhas de transmissão e seis subestações.

O Governo Federal também está cooperando com o Governo do Estado na implantação de um grande programa de eletrificação rural, denominado "Luz no Campo". Esse programa concluirá a eletrificação de toda a área rural do Estado, aproximadamente 100 mil propriedades, eliminando todo o déficit de eletrificação rural dentro dos próximos dois anos.

Irrigação – São vários os projetos de irrigação que estão sendo implantados em parceria com o Governo Federal. Entre eles, vale destacar a construção de obras físicas no Perímetro Irrigado Pontal Norte-Sul, que vai receber investimentos da ordem de R\$21,2 milhões do Orçamento Geral da União; a emancipação do Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, para o qual está previsto R\$1,7 milhão e a construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum, em Serra Talhada, com R\$10 milhões.

Abastecimento d'água: É importante destacar o projeto da Adutora do Oeste, no sertão semi-árido do Estado. Esse projeto retira recursos hídricos do rio São Francisco para a região semi-árida do Araripe. O investimento total da obra é de R\$150 milhões, dos quais já foram investidos, até 1999, R\$35 milhões, sendo previstos para este ano o aporte de R\$15 milhões. Em dois anos, a adutora deverá abastecer com água potável mais de 40 localidades em Pernambuco e no Estado do Piauí.

Outro projeto relevante é o da Adutora de Jucazinho, destinada a solucionar o grave problema do abastecimento de água de Caruaru e de outras cidades do agreste. Os recursos previsto no Orçamento são de R\$28 milhões.

Por outro lado, registro a importância do Programa Águas de Pernambuco, viabilizado por convênio da Caixa Econômica Federal com o Governo do Estado, que compreende um conjunto de obras fundamentais para o abastecimento d'água em 50 municípios do Estado. Neste programa, estão incluídas obras como a barragem do rio Pirapama, que vai reforçar o abastecimento da região metropolitana, e a

adutora de Arcoverde, que vai garantir o fornecimento d'água no sertão.

Revitalização de Centros Urbanos: Um esforço especial da Bancada de Pernambuco foi igualmente dedicado à região metropolitana do Recife, no sentido de assegurar recursos para que os municípios pudessem enfrentar os graves problemas de melhoria e complementação da infra-estrutura urbana. Assim, foram contemplados, entre as emendas coletivas da Bancada, os municípios do Recife, Paulista e Jaboatão, com destaques orçamentários para a realização de projetos específicos de revitalização urbana e obras emergenciais. Os recursos consignados no Orçamento Geral da União são, respectivamente, de R\$11,6 milhões para Recife, R\$10 milhões para Paulista e R\$9,5 milhões para Jaboatão.

Projetos de Desenvolvimento Social: Na área de desenvolvimento social, destaco as ações do Governo Federal em Pernambuco através dos programas de apoio às populações carentes, a exemplo do Comunidade Solidária e, principalmente, do Programa de Erradicação de Mão-de-Obra Infantil, implantado na área da cana, e de Garantia de Renda Mínima.

Fundef: O Brasil vem conseguindo grande êxito, já reconhecido inclusive no exterior, com o programa de universalização do acesso das crianças e jovens ao ensino fundamental, em que a preocupação com a oferta de vagas, a qualidade do ensino e a valorização do magistério são diretrizes prioritárias na aplicação dos recursos públicos. Esse novo cenário da educação foi consolidado com a criação do Fundef, uma das ações mais acertadas do atual Governo, que encontrou consistente respaldo no Congresso Nacional.

Tive a honra de ser relator da Emenda Constitucional nº14/96, criando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que levou o Brasil a ter, já em 1999, o total de 95,5% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas em diversos sistemas públicos e privados. Em Pernambuco, já em 1998, a rede escolar atendeu a 96,1% dos seus alunos com idade de 7 a 14 anos. Além disso, o Fundo trouxe uma melhoria significativa dos salários dos professores públicos do ensino fundamental e ampliação da oferta de cursos de aperfeiçoamento.

Ensino técnico superior: O Governo Federal está ainda destinando recursos no Orçamento Geral da União-2000 a projetos de educação profissional e superior, garantindo o funcionamento de novos cursos técnicos do Centro Federal da Educação Tecnológica – CEFETE, criado ano passado, com aporte de

R\$ 28,4 milhões, além dos cursos de graduação da Universidade Federal de Pernambuco, com R\$ 211,7 milhões, bem como da Universidade Federal Rural de Pernambuco, com R\$ 63,4 milhões. Ademais, merece destaque o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cuja alocação de recursos foi da ordem de R\$ 48,9 milhões, abrangendo as atividades de alimentação escolar, manutenção, desenvolvimento e ampliação, construção e reforma de escolas. Por último, vale ressaltar que as Escolas Agrotécnicas Federais, localizadas nos Municípios de Barreiros, Belo Jardim, Petrolina e Vitória do Santo Antão, deverão receber, para funcionamento dos cursos de educação profissional, cerca de R\$ 16,7 milhões, no exercício atual.

Saúde: Na área de saúde, o Orçamento consignou R\$ 469,1 milhões para o atendimento assistencial básico nos municípios, por meio de incentivos financeiros, bem como para o atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar, dentro das ações do SUS. Destaco ainda a Emenda Coletiva da Bancada Federal que destinou R\$10 milhões para a conclusão do projeto do Pronto Socorro Cardiológico do Hospital Oswaldo Cruz, em Recife.

A União também está presente no Programa de Modernização e adequação de unidades de saúde do Sistema Único de Saúde e na implantação e ampliação das unidades de urgência/emergência e de gestantes de alto risco e das unidades de Hematologia e Hemoterapia, com recursos de R\$6,2 milhões. Através da Fundação Nacional de Saúde, serão aplicados R\$5,8 milhões em projetos de melhorias sanitárias domiciliares, construção, ampliação e melhoria de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários, de serviços de abastecimento de água e de sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos. Além disso, recursos da ordem de R\$12,7 milhões estão alocados ao Fundo Nacional de Saúde, beneficiando 35 municípios do Estado, com a aquisição de unidades móveis de saúde, construção de novas unidades, bem como reforma e aquisição de equipamentos para unidades já em funcionamento.

Segurança Pública: Os recursos orçamentários previstos para o ano 2000 importam em R\$43,4 milhões, destinados a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Merece destaque especial as ações desenvolvidas conjuntamente pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado, através do Projeto Mandacaru, objetivando combater o crime organizado.

Projetos a Serem Executados nos Municípios: As administrações municipais merecem um destaque especial no OGU-2000. Através de uma ação articulada da Bancada Federal foram alocados R\$442 milhões, beneficiando 158 municípios do Estado. Os projetos municipais contemplados abrangem um grande número de obras, predominantemente nas áreas de habitação popular, saneamento básico e melhorias sanitárias, coleta e tratamento do lixo, infra-estrutura hídrica, implantação de infra-estrutura esportiva e espaços culturais, implantação e adequação de unidades de saúde do SUS, melhorias em escolas do ensino fundamental e execução de obras emergenciais.

Ao finalizar este pronunciamento sobre a importância do Orçamento da União para o desenvolvimento de Pernambuco, relembro que o nosso Estado detém enormes potencialidades econômicas, associadas atualmente a um ambiente extremamente favorável do ponto de vista político e institucional. O Governo e as lideranças políticas, aliadas a uma ampla participação da sociedade, estão criando as condições ideais para a retomada do desenvolvimento do Estado, e é exatamente na união dessas forças que reside a expectativa de toda a população pernambucana para transformar em realidade os projetos estruturadores previstos no Orçamento de 2000. Na certeza da mobilização da Bancada Federal de Pernambuco, no sentido de sensibilizar o Governo Federal para o momento de transformação por que passa nossa sociedade, é que reafirmo minha confiança em um futuro promissor para o nosso Estado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marina Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a exemplo do que fez há pouco nesta Casa a nobre Senadora Thelma Siqueira Campos, eu gostaria de tecer alguns comentários a respeito da visita de Sua Excelência o Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso ao território tocantinense. De fato, Sua Excelência foi recebido pela população tocantinense com muito carinho, com muito respeito, com muita satisfação, uma vez que seu Governo tem sido extremamente

solidário com o esforço que o Estado do Tocantins vem realizando a fim de estabelecer seu processo de desenvolvimento.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso se fez acompanhar de várias autoridades federais. Estavam com ele o Ministro das Minas e Energia, Dr. Rodolpho Tourinho Neto, o Ministro da Educação, Professor Paulo Renato Souza, o Ministro Interino da Agricultura, Dr. Márcio Fortes, o Presidente da Eletrobrás, Dr. Firmino Ferreira Sampaio Neto Stoltz, o Presidente da Aneel, Dr. Mário Abdo. E que bom que essas autoridades responsáveis por setores importantíssimos da estrutura governamental puderam colocar o seu olho clínico no trabalho que vem sendo desenvolvido no Tocantins, que tenham ido ali testemunhar o esforço que a brava gente tocantinense, capitaneada pelo Governador Siqueira Campos, vem fazendo com vistas a criar condições para a organização da sua economia e, seguramente, dotar o Tocantins dos meios necessários ao estabelecimento de um processo de desenvolvimento, de prosperidade, conseqüentemente, podendo oferecer a sua população uma condição melhor de vida.

Foi Sua Excelência recebido no canteiro de obras da mais importante obra em execução no Estado do Tocantins, a Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Ora, Sr^a Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, essa usina é de transcendental importância não apenas para o Tocantins, mas para todo o Brasil, uma vez que, com a energia elétrica, insumo fundamental, procura-se mitigar os efeitos de uma demanda reprimida pelo País afora. E é no Tocantins, um Estado novo, cravado no coração do Brasil, que se revela um potencial energético extraordinário, com o aproveitamento das bacias do Araguaia e do Tocantins. Por essa razão, a conclusão da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, que vai gerar 850mw no seu primeiro funcionamento, está prevista para setembro do próximo ano.

A usina foi construída pelo setor privado e tem demonstrado a eficiência, o zelo e a competência da Investco, empresa encarregada por sua construção que, procurando baratear os custos e aplicando tecnologias das mais avançadas, vem criando condições para que a usina tenha sua execução cumprida dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido. A execução da obra é um orgulho para o Estado do Tocantins e para o Brasil, pois aproveita o potencial energético do rio Tocantins, principal manancial que banha o Estado. Há estudos prontos e aprovados

para a construção de mais cinco hidrelétricas do mesmo porte.

Sua Excelência o Presidente da República foi visitar a obra que integra o Plano Plurianual, uma obra que resultará em aproveitamento energético múltiplo graças ao barramento das águas, quer para atividades turísticas, pesqueiras ou de irrigação. Sua Excelência lá esteve de coração aberto, com a vista voltada para o futuro do País, para resgatar uma dívida que a União tem para com o Estado do Tocantins e para agradecer a solidariedade que as lideranças do Tocantins, em diversos níveis, têm demonstrado ao seu Governo.

E foi seguramente satisfazendo a um desejo pessoal do administrador, que quer ver mitigados os efeitos danosos das desigualdades regionais, que foi levar ao Tocantins – Estado novo, emergente e muito necessitado – muitas das obras importantes que integram o seu Plano Plurianual. Por isso, Sr. Presidente, gostaria aqui de expressar a alegria imensa, a satisfação enorme que sente o povo tocantinense ao ver reconhecida não só essa solidariedade, não só essa necessidade, mas de poder observar que num futuro não muito remoto, várias das necessidades, vários dos potenciais latentes serão aproveitados.

Por essa razão o Senhor Presidente, seguramente num dos momentos de maior inspiração de sua administração, chega ao Tocantins – este Estado novo e certamente um dos Estados que mais precisa da presença do Governo Federal, repito – de forma marcante, de forma a assegurar uma mudança acentuada no processo de desenvolvimento do nosso Estado, e não apenas com as obras que ali estão sendo realizadas. Anunciou o Senhor Presidente aporte financeiro para a criação da Universidade Federal do Tocantins, aspiração mais forte, mais expressiva da nossa população, sobretudo da nossa juventude. Não foi por menos o calor e o entusiasmo que cercaram o Presidente quando dessa manifestação, quando da afirmação de que enviaria a esta Casa a mensagem do projeto de lei de criação da Universidade Federal do Tocantins. Tocantins é o único Estado da Federação que ainda não tem universidade federal, e vem o Presidente Fernando Henrique resgatar essa dívida forte e antiga para com a nossa população.

O Senhor Presidente anunciou ali também a construção de cinco novas hidrelétricas de portes semelhantes ou parecidos com o da Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Essa hidrelétrica já tirará o Tocantins da condição de importador para exportador de energia, contribuindo para diminuir demandas re-

primidas em outras regiões do País, notadamente as regiões Sudeste e Sul. A anunciada construção das novas cinco hidrelétricas também dará essa contribuição e permitirá que esse insumo tão comezinho, tão utilizado, tão comum, tão trivial nas zonas urbanas deste País possa atender não só à demanda de um consumo cada vez maior de um País que procura se industrializar, aprimorar e modernizar seu parque industrial, mas sobretudo oferecer ao meio rural uma condição semelhante àquela proporcionada ao cidadão do meio urbano.

Por essa razão, anunciou também S. Ex^a a duplicação do Linhão Norte-Sul, que é a rede que interliga os dois grandes sistemas nacionais de energia elétrica. Essa duplicação permitirá que esse volume de energia elétrica seja transportado em maior quantidade e com qualidade para as diversas regiões do País, onde a demanda é cada vez maior.

Anunciou também o Sr. Presidente que, naquele momento, já tinha elementos técnicos convincentes para reconhecer a dívida da União com o Tocantins, dívida cobrada por todos nós, à frente o Governador Siqueira Campos, desde a criação do nosso Estado, que era um preito consagrado no texto constitucional, que criava o Estado e o equiparava ao então recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul. Esse reconhecimento, Sr^a Presidente Thelma Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, conferirá ao Tocantins uma forma de avançar no seu processo de desenvolvimento, queimar etapas do seu processo de desenvolvimento. Se contássemos apenas com os recursos do Estado, seguramente levaríamos muito tempo para realizar as obras de infra-estrutura que o Estado tanto requer e para oferecer à nossa população os resultados de um Estado desenvolvido, de um Estado próspero.

Esse reconhecimento vem em muito boa hora, pois permitirá que essa dívida seja paga em obras, em realizações, em frutos extremamente positivos não só para o robustecimento da economia do Estado, mas seguramente em ações sociais que virão mitigar ainda mazelas que afligem a nossa população, como no que diz respeito ao sonho de tantas famílias com relação à casa própria. Ainda são muitos os moradores do Tocantins, Sr^a Presidente testemunha que é V. Ex^a, muitos os pais de família que ainda habitam, com sua mulher e filhos, em casas que afrontam a dignidade humana; que são de palha, parede e cobertura; que não têm ainda a garantia necessária aos diversos benefícios que, hoje, a Ciência e a Tec-

nologia estão a oferecer a qualquer cidadão, onde o desenvolvimento é mais acentuado.

Por essa razão, Sr.^a. Presidente, Sr.^{as}. e Srs. Senadores, temos razões de sobra para comemorar a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso e vários dos seus Ministros ao território tocantinense, onde Sua Excelência pôde constatar e testemunhar *In loco* que ali se faz um esforço muito grande para eliminar as mazelas que temos encontrado no País. Ali se combate o desemprego, a corrupção, a fome com obras, com trabalho. Por essa razão, também em um momento de rara inspiração, o Presidente Fernando Henrique chegou a afirmar que o Tocantins é o símbolo de seu Governo.

Isso nos deixou extremamente motivados, porque não é fácil para um Estado novo, pequeno, de condições limitadas, encravado no interior do País, distante dos grandes centros, distante das condições favoráveis que têm os grandes centros construir essa nova realidade que vimos construindo, graças à pertinácia e determinação do grande Governador José Wilson Siqueira Campos.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Permita-me V. Ex.^a um aparte.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex.^a.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Leomar Quintanilha, registro minha alegria diante do relato que faz hoje nesta Casa. Nossos Estados, em muitos dos seus aspectos, são semelhantes. Somos um Estado novo, como disse V. Ex.^a há pouco, distante dos grandes centros e que enfrenta muitas dificuldades. São Estados que precisam de muito investimento público e muita atenção do Governo Federal para com seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para sua gente. Fico feliz em saber que o Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, levou essas boas notícias ao seu Estado: obras, a assinatura de documentos importantes, a comunicação, sobretudo, da criação da Universidade Pública Federal do Tocantins. Por diversas vezes, ouvi aqui pronunciamentos, tanto de V. Ex.^a quanto dos outros dois Senadores que representam seu Estado, brigando por essa atitude que o Governo Federal acaba de reconhecer e conceder. Assim, irmano-me ao povo do Tocantins por essa alegria, nesse momento em que V. Ex.^a relata tudo aquilo que o Presidente da República e sua Comitiva levaram de positivo para o seu Estado. Parabéns.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Agradeço a contribuição de V. Ex.^a, que, como eu e

meus Pares do Estado do Tocantins, Senador, luta pela verdadeira integração da Região Amazônica ao contexto nacional.

V. Ex.^a também representa um Estado distante dos grandes centros, que enfrenta problemas semelhantes aos do Tocantins e aos dos demais Estados da região, e sabe perfeitamente da importância dessas obras aqui relacionadas para a integração e o desenvolvimento dessa região.

Por essa razão, nobre Senador Moreira Mendes, temos de realmente comemorar. No momento em que se ouve no País, com retumbância, os arautos do descrédito, os que não têm fé, desacreditando do futuro do País, é preciso que fatos como esse realmente os chamem à reflexão, porque um novo País, um novo Brasil está por ser descoberto nessa região que orgulhosamente representamos. E são com essas obras de integração que haveremos de ocupar harmônica e tranqüilamente a Amazônia, que é desejo de muitos países.

Ainda há pouco ouvi o comentário da eminente Senadora Thelma Siqueira Campos de que, numa escola norte-americana, o mapa da América Latina tinha um traçado parecido ao do Tratado de Tordesilhas. Só que o traçado era feito na posição horizontal, colocando a parte meridional como sendo a América do Sul e a parte setentrional como sendo de propriedade internacional. É uma falácia, uma inverdade que não podemos permitir de forma alguma. Nem podemos permitir que alguns digam, numa cortina de fumaça, disfarçando seus reais interesses, que há um propósito brasileiro de devastação da Amazônia, quando isso não é real. Queremos aproveitar o potencial que a Amazônia tem para integrá-la ao contexto nacional e para que o homem amazônico e todo brasileiro possa usufruir da biodiversidade, a riqueza genética da Amazônia que pode ser efetivamente utilizada.

Haveremos, sim, com essas obras que o Presidente Fernando Henrique Cardoso vem trazendo no seu Plano Plurianual extraordinário – eu ainda não tinha visto um programa tão importante, tão consistente, tão abrangente, que analisa o Brasil pelo inteiro, que se propõe a integrar o Brasil internamente e às demais nações –, de eliminar os gargalos e os estrangulamentos, quer na área de comunicação, quer na área de transporte, quer na área de energia. Vejam as obras que vêm realizando no Tocantins: elas não têm caráter eminentemente regional. As obras no Tocantins têm caráter nacional. Não só as hidrovias Araguaia-Tocantins, pela qual batalhamos, mas também as

hidrelétricas interessam ao País como um todo, como interessa a Ferrovia Norte-Sul.

Tenho certeza de que a contribuição desta Casa será fundamental para que o plano patrocinado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso possa, de fato, trazer ao País e aos brasileiros a tranqüilidade de que precisamos para crescer e nos transformarmos em uma Nação próspera, livre e socialmente justa.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, a Sra. Marina Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Thelma Siqueira Campos.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, recentemente, carta enviada ao meu gabinete subscrita por uma senhora domiciliada na Capital de Rondônia, Porto Velho, D^a Orestelina, fez-me parar e refletir sobre o que vem ocorrendo nos últimos anos com os servidores públicos de modo geral. Por meio dessa carta pude ouvir a voz não apenas da signatária, mas de todo esse segmento. Ao que parece, para o Governo, o servidor público transformou-se em bode expiatório de todas as mazelas que afligem a Nação.

Tal situação vem se fazendo notar desde o Governo Collor. Como sabemos, há mais de cinco anos muitas categorias de servidores públicos não têm recebido reajuste salarial. Como convencê-los de que os seus salários – cujo valor é o mesmo que o de quase seis anos atrás – ainda são suficientes para suprir todas as suas necessidades? Como ensiná-los a fazer milagres e a dividir os seus salários em gastos com alimentação, transporte, medicamentos, água, luz, telefone, vestuário etc?

Não tenho dúvida de que é necessário evoluir e atualizar os recursos tecnológicos, como a informática. Mas, por essa razão, será preciso também sacrificar, da forma como vem ocorrendo, os servidores públicos, sem os quais o Estado não estará instrumentado para executar as atribuições a ele destinadas na nova Constituição?

É certo que o País padecia, nas décadas anteriores, do mal da centralização exacerbada, que teve como consequência a estatização. Mas daí a passar

para o extremo oposto, sem muito critério e sacrificando os servidores públicos e funcionários de empresas – algumas já bem lucrativas, mesmo sob o controle do Estado –, vai uma grande distância!

A preocupação com a organização do serviço público também não é novidade no Brasil: começou ainda nos anos 30 com a criação do Dasp, em pleno Estado Novo, e volta à tona periodicamente com os discursos de necessidade da sua reestruturação, da sua modernização e de ampla reforma administrativa.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Governo conseguiu, em grande parte, o que pretendia com a recente Reforma Administrativa votada aqui no Congresso Nacional. Posso citar alguns dos mecanismos que influirão decisivamente para a governabilidade de várias esferas do Poder, principalmente no que se refere aos antes incontroláveis gastos com pessoal de algumas unidades federativas: flexibilização da estabilidade dos servidores públicos, possibilitando a demissão de servidores estáveis quando as despesas de pessoal superarem os limites estabelecidos em lei; restabelecimento de teto remuneratório absoluto para os servidores públicos e membros do Poder, em todos os níveis, válido inclusive para a soma dos rendimentos recebidos dos cofres públicos, equivalente à remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, assunto ainda em discussão na Câmara dos Deputados; fim da unicidade de regime jurídico para os servidores públicos, cuja obrigatoriedade foi excluída da Constituição.

Agora, é imperioso repensar a eficiência e a eficácia do serviço público justamente no item mais importante: o próprio servidor, que faz mover, com mais ou menos eficiência, dependendo de suas próprias condições, a máquina administrativa. Sem o servidor, o Estado não pode existir.

Todos sabemos que a diminuição de custos em termos absolutos pode ser uma atitude prejudicial aos próprios interesses nacionais. Algumas categorias do serviço público, nos mais de cinco anos em que seu poder aquisitivo deixou de ser atualizado, vê o seu nível de vida decair.

Quanto à necessidade de valorização do servidor público, isso não constitui nenhuma novidade, não é bandeira apenas das oposições e já foi defendida por governantes do período autoritário, inclusive, como registrou, em aula inaugural que proferiu na Escola Superior de Guerra, em 1º de 70, o próprio Emílio Garrastazu Médici, então Presidente do Brasil.

Pelo visto, não temos praticamente nada a comemorar em termos de avanço no que se refere à valorização do funcionalismo público. Em outra opinião abalizada, que vem do ex-Ministro Rubens Ricupero, hoje Embaixador do Brasil em Roma, em seu artigo para a **Revista do Serviço Público**, número 118, portanto ainda atual, de 1994, denominado "Profissionalização do Servidor Público – Requisito para o Desenvolvimento", pode-se ler:

A profissionalização do serviço público é, a meu ver, objetivo prioritário e de curto prazo, ao qual não poderão furtar-se os dirigentes máximos do Brasil. Não se pode conceber um corpo de funcionários do qual se possa exigir a prestação de bons serviços sem que se lhes possa oferecer, em contrapartida, a existência de um plano racional de carreiras, estímulos ao aperfeiçoamento e perspectivas de progressão funcional, bem como estrutura flexível de salários que os permita adequarem-se tanto ao nível de exigências para a função exercida quanto ao mérito individual devidamente aferido. A profissionalização dos servidores é uma estrada de duas vias. Deles se deve cobrar desempenho profissional. A eles se deve proporcionar as condições para que possam ter bom desempenho.

É fácil constatar que, na teoria, vindo das mais diversas tendências, é comum incensar-se o servidor público. Na prática, porém, o que se vê é um massacre quase generalizado. Abrem-se algumas exceções, em termos de vantagens e remuneração para as categorias envolvidas com a fiscalização, por exemplo, mas, para a grande maioria, o que vale é o pouco caso e o esquecimento. Muitos dos que se enquadram nesse caso são justamente aqueles que têm contato direto com o grande público, para o atendimento no que se refere às atribuições específicas do Estado.

Por isso, faço um apelo ao eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem vimos apoiando, na maioria das importantes questões aqui apresentadas, que já está na hora de começar a valorizar o servidor público, profissionalizando-o. Já se conseguiram grandes avanços no enxugamento do setor público com as reformas e as privatizações, com a possibilidade de maior facilidade para atingir o equilíbrio fiscal, o mecanismo para conseguir a redução dos quadros excessivos com base na limitação dos

gastos com pessoal e a possibilidade da dispensa de servidores estáveis com base nas novas regras.

Está na hora, portanto, de o Governo apresentar um programa completo e acabado para a melhoria da qualidade do nosso serviço público, valorizando o servidor e dando-lhe condições, para que ele possa exercer, com dignidade, o seu trabalho. Aí se inclui a questão do salário.

Entendemos não ser possível pensar em valorização do servidor se não houver a instituição de um plano de carreira sério, com a clara definição das classes, dos cargos, forma de provimento, requisitos para promoção – e que isso não se cinja a apenas determinadas categorias, pois é preciso que se olhe o funcionalismo como um todo.

É conveniente frisar que o §2º do art. 39 da Constituição Federal estabelece que "A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o desenvolvimento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados". Se este dispositivo for levado a sério, já se terá dado um grande passo para a qualificação do servidor público e, por conseguinte, para a melhoria do Serviço Público.

Mas, a verdadeira profissionalização implica repensar toda a política remuneratória, principalmente nas carreiras voltadas às atividades específicas do Estado. Desejo registrar que, nesse campo, o Governo Federal vem atuando com muita clareza. Muitas são as categorias que, prestando serviços em atividades típicas de Estado, já lograram reajustes ao longo desses cinco anos a que venho me referindo. Essas atividades, creio, não se restringem àquelas atividades de fiscalização e de polícia, mas também às de planejamento de políticas e de avaliação e controle, para finalidades específicas da gestão pública, que difere em muito da gestão puramente empresarial, em função do caráter social e político que lhes é inerente.

Quanto aos cargos em comissão, hoje tidos rotineiramente como instrumento político de barganha, que possibilita exclusivamente o apadrinhamento, muitas vezes não se levando em conta o real compromisso desses servidores como trabalho, e sim o compromisso do político com essas pessoas, é necessário que se proceda à moralização, com a racionalização da estrutura administrativa, obedecendo aos

mandamentos constitucionais inscritos no inciso I do §3º do art. 169, que preconiza a "redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança", bem como observando o disposto no inciso V do art. 37, onde se estabelece que "as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento". Essa reserva se justifica plenamente, quando se sabe que ninguém melhor para dirigir do que quem já conhece a máquina e seu funcionamento.

Estou falando aqui de assuntos que acredito serem do conhecimento de todos os nobres Colegas, mas que considero necessário se mantenham à tona até que venham a ser solucionados.

O profissional deve ter os conhecimentos necessários e acompanhar todas as mudanças no sentido de modernizar os seus procedimentos. Então, faz-se necessário reciclar constantemente os servidores públicos, proporcionando-lhes cursos de atualização e aperfeiçoamento, previstos na nossa Lei Maior como exigência para a promoção.

Lembramos que, para a preparação e reciclagem da mão-de-obra empregada no Serviço Público, o Governo já dispõe de pelo menos duas instituições muito bem aparelhadas e que merecem registro: a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), sem contar, por exemplo, com o Instituto Rio Branco, que tem finalidade bem mais específica, qual seja, a de preparar os servidores para a carreira da diplomacia.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com melhores condições de trabalho e salários compatíveis com as atividades exercidas, pode-se ter servidores motivados e envolvidos com a instituição a que servem, implicando a satisfação do povo, que é o beneficiário direto do Serviço Público e a finalidade primordial da existência do Estado.

Para não deixar cair no esquecimento, quero lembrar aos nobres Colegas e fazer um alerta ao Governo: é necessário, é urgente mesmo repensar o servidor público brasileiro, modernizando as suas práticas, adequando-o aos tempos atuais, assim como recuperar os seus salários, já que há mais de cinco anos muitos deles estão sem reajustes. Assim,

muitas pessoas, como a Srª Orestelina, lá do meu Estado, poderão sair da situação de desespero e de desesperança em que se encontram, evitando-se, assim, situações lamentáveis e por tudo condenáveis, como as ocorridas com o Governador de São Paulo, Mário Covas, e o Ministro da Saúde, José Serra, ao que todo o Brasil assistiu estarrecido pelos noticiários televisivos dos últimos dias.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a vida, às vezes, nos prega peças que nos deixam realmente desolados e até nos assustam.

Hoje, uma dessas foi a notícia do falecimento prematuro do Desembargador Wandyr Clait Duarte, excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, nascido em 1947, já havia alçado, por competência e denodo, vãos tão altos na sua carreira de Magistrado, na qual ingressou em 30 de agosto de 1976.

Com sua dinâmica e exemplar administração, o Dr. Wandyr procedeu a diversas reformas físicas, administrativas e para modernização nos prédios dos fóruns de cidades do interior do Estado, como de Juara, Porto Gaúcho, Pedra Preta, Primavera do Leste e Rondonópolis e outras comarcas, para que pudessem cumprir melhor a sua destinação nos dias atuais.

S. Exª criou o Juizado Especial do Consumidor e propôs a criação do juizado das pequenas e médias empresas.

Sempre um apaixonado pelas causas do Poder Judiciário, ao qual dedicou seu tempo, sua inteligência e seu talento, também gostava de literatura e da nossa Língua pátria, e, por isso, além de diplomado em Direito, pela Faculdade de Cuiabá, era também licenciado em Letras, pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Por seu mérito pessoal angariou o reconhecimento de diversas instituições de Mato Grosso, das quais recebeu homenagens como a condecoração com a Ordem do Mérito de Mato Grosso e a Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército; recebeu também diplomas como o de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro, Honra ao Mérito, do Batalhão da

Laguna, Amigo da Marinha, Amigo da Brigada; foi o primeiro cidadão civil a receber a honraria de ser agraciado com a Ordem do Mérito Militar e várias outras honrarias que sua ímpolita e laboriosa vida lhe outorgou.

Foi nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso em 10 de abril de 1992, por ato da presidência da Corte, tendo tomado posse em maio daquele mesmo ano. De 1995 a 1997, foi Corregedor-Geral da Justiça do Estado e, atualmente, ocupava o elevado cargo de Presidente daquele Tribunal.

No entanto, a morte não poupa quem quer que seja. E agora, levou-nos o Dr. Wandyr numa idade profícua para si e para o seu Estado natal. Não nos cabe inquirir os desígnios de Deus, mas nos cabe, por reconhecimento, exaltar o caráter nobre desse jovem mato-grossense que se foi e expressar aos parentes enlutados a nossa solidariedade na dor da perda e desejar-lhes, principalmente aos filhos que agora ficam órfãos – Juliana, Laurita e Alcides –, que tenham o consolo da lembrança do pai extremoso e do grande profissional que foi o seu progenitor.

Desejo que este meu pequeno pronunciamento em homenagem póstuma a um grande conterrâneo fique registrado nos Anais desta Casa, para marcar indelevelmente meu sentimento de pesar pelo passamento de um homem de bem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 72/00-GLPFL

Brasília, 29 de maio de 2000

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do regimentais, indico o Senador Ribamar Fiquene para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão de Educação, em virtude do afastamento do senador Eduardo Siqueira Campos.

Cordialmente, Senador **Edilson Lobão**, Líder do PFL, em exercício.

OF. Nº 73/00-GLPFL

Brasília, 29 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Ribamar Fiquene para ocupar, como titular, a vaga deste Partido na Comissão de Assuntos sociais, em virtude do afastamento do senador Eduardo Siqueira Campos.

Cordialmente, Senador **Edilson Lobão**, Líder do PFL, em exercício.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Tião Viana.

É lido o seguinte:

OF. Nº 74/00 – GLPFL

Brasília, 29 de maio de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Ribamar Fiquene para ocupar, como suplente, a vaga deste Partido na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Cordialmente,

Senador **Edilson Lobão**, Líder do PFL, em exercício.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – A Presidência designa o Sr. Senador Ribamar Fiquene, indicado pela Liderança do PFL no Senado Federal, para integrar como membro suplente a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara e Sérgio Machado enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, entre tantos temas que são diuturnamente debatidos por nós, nos mais diversos fóruns de discussão, há alguns que nos tocam em particular e nos provocam uma motivação singular. Desses, destaco um, sobre o qual centrarei algumas considerações, para as quais gostaria de ver voltada a atenção desta Casa. Trata-se da questão da saúde da mulher. Faço-o hoje, movido não apenas pelo ensejo de duas datas alusi-

vas ao tema, mas porque, sendo médico, assumi, em minha jornada de homem público, integral compromisso com as matérias concernentes à saúde e à manutenção da vida.

Além do mais, tenho a clara percepção de que o atendimento à saúde da mulher, longe de constituir uma política de privilégio, é uma política afirmativa dos direitos humanos e, em particular, do direito de cada mulher, de cada cidadã brasileira ter assegurado o acesso aos benefícios e procedimentos de saúde.

A oportunidade de que falava eu e que suscita meu pronunciamento de hoje está ligada à proximidade do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, este último instituído em Portaria Ministerial de 1994, a ser comemorado em todo 28 de maio. Segundo a referida Portaria, nessa data devem ser realizadas avaliações, em todos os níveis do Sistema Único de Saúde, dos programas voltados para a saúde da mulher.

É preciso lembrar, nesse particular, que o Governo brasileiro tem sido signatário de vários acordos e resoluções internacionais comprometidas com a redução da mortalidade materna e infantil, tais como a Conferência sobre Maternidade sem Risco, em 1987, no Kenya; a XXIII Conferência Sanitária, em 1990, na qual os Governos da Região das Américas firmaram compromisso para reduzir, nos 10 anos seguintes, a mortalidade materna em, no mínimo, 50%; além da adesão à Cúpula Mundial em favor da Criança, subscrita pelo Governo brasileiro em 1991, que também se firmou a favor da redução da mortalidade de mães e crianças.

Essa preocupação internacional tem inteiro cabimento, Senhor Presidente. A Organização Mundial de Saúde, a OMS, estima que aproximadamente 500 mil mulheres morrem a cada ano, em todo o mundo, por complicações ligadas à gravidez, parto e pós-parto. Dessas, 99% ocorrem em países em desenvolvimento.

No Brasil, calcula-se que ocorrem todos os anos 5 mil mortes de mulheres no ciclo grávido-puerperal. Esse número, entretanto, deve ser bem maior, porque a captação de dados é cercada de problemas variados. É fato conhecido o sub-registro ou a subnotificação de mortes maternas, prática que se agrava à medida que se investigam as regiões mais pobres, justamente aquelas onde essas mortes mais acontecem. Encontramos

desde a morte sem assistência médica, o sepultamento em cemitérios clandestinos, a alta mortalidade infantil em algumas regiões do País, até o preenchimento incorreto dos atestados de óbito e dos prontuários médicos. Todos esses fatores trazem a suspeita de que os números disponíveis sobre mortalidade infantil sejam duas ou três vezes menores do que os índices reais.

Segundo dados do Ministério da Saúde, a cada duas horas morre uma mulher brasileira devido a complicações na gravidez, parto e pós-parto. Nosso índice de mortalidade materna é de 141 mortes para cada 100 mil bebês nascidos vivos. Quanto mais pobre a região, mais elevado se torna o número de mães que morrem. No Norte, esse número encosta no teto de 300 mortes em cada grupo de 100 mil nascidos vivos.

A tragédia arrasta atrás de si um drama amargo, qual seja, o de milhares de crianças, espalhadas por este imenso Brasil, órfãs de mãe. Órfãs, porque suas mães morreram em decorrência da gravidez, do parto ou do pós-parto. São números dignos de causar vergonha ao mais insensível dos homens. Simplesmente, nossa taxa de mortalidade materna é 35 vezes maior do que a dos países industrializados.

A vergonha maior, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, talvez esteja em outra constatação: 98% de todas as mortes maternas são inteiramente evitáveis. Se essas mulheres tivessem vivido com o mínimo necessário para terem uma condição de vida digna e se tivessem recebido atendimento de saúde com qualidade no período pré-natal, seguido de bom atendimento público no parto e no pós-parto, estariam todas aí bem vivas, cuidando de seus filhos bem nascidos.

Como se deve entender mais precisamente a mortalidade materna? A Organização Mundial de Saúde (OMS) a define como "a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independentemente de duração ou localização da gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém não decorrentes de causas acidentais ou incidentais."

Ainda segundo a OMS, "a morte de uma mulher nesse período é um desastre – é um acontecimento desnecessário e uma perda que acarreta uma carga enorme de tristeza e dor. Há uma sensação de crueldade nessas mortes: elas não deveriam

ocorrer, a mulher não estava doente... e, mesmo assim, ela morreu."

Entre as principais causas de morte materna, a OMS relaciona a falta de assistência médica, dificuldade de acesso a métodos contraceptivos, abortos clandestinos, desnutrição, baixa condição de vida e péssima saúde geral.

Quando morre uma mulher, uma mãe, de causa ligada à maternidade, deveríamos nos lembrar de que há um longo fio de carências que veio conduzindo a essa morte. Falta de alimentação, falta de condições higiênicas, falta de assistência médica, falta de atendimento pré-natal, falta de informação, numa sequência de privações quase interminável. Pode ser que para essas mulheres só tenha havido um excedente: o excesso de trabalho.

Devemos considerar, por outro lado, que a ocorrência das mortes maternas representa apenas a ponta de um grande *iceberg*, que deixa à mostra apenas sua face mais perversa. O que está oculta é a grave situação geral da saúde da mulher. Falo particularmente daquelas mulheres que pertencem às classes sociais mais baixas, possuem pouca ou nenhuma escolaridade, estão desprovidas de informação e não têm acesso a serviços de saúde de qualidade. Estão prisioneiras da precariedade generalizada dos lugares em que vivem, nos rincões mais afastados do País, onde o sistema de saúde jamais chega.

Mas há outras faces da realidade da saúde da mulher brasileira que também merecem nossa preocupação: os cânceres ginecológico e de mama. O primeiro representa mais de 43% do total de casos de neoplasias malignas entre mulheres. Estimativas dão conta de que o número de óbitos por câncer de colo do útero, no ano passado, estava por volta de 6.900. O número de casos novos já está ultrapassando o patamar de 20 mil. Novamente, estamos diante de dados subestimados. O próprio Instituto Nacional do Câncer, o INCA, alerta sobre a natureza presuntiva de tais estimativas. Esse fato é grave, Sr. Presidente, se considerarmos que as neoplasias ocupam a terceira posição na lista de *causa mortis*, e matam 15% das mulheres brasileiras.

Foi constatado que a incidência de câncer de colo do útero tem aumentado nos países pobres. Resultado do precário estado da saúde pública, nossas regiões mais pobres têm sido as mais afetadas pela doença. Quer dizer, as mulheres mais po-

bres continuam sendo as maiores vítimas das neoplasias.

Tendo em vista o quadro epidemiológico vigente, e as resoluções da Conferência Mundial das Mulheres ocorrida na China, em 1995, o INCA desenvolveu, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um programa de rastreamento do câncer uterino, conhecido como Programa Viva Mulher. Até o final de 1997, o Programa havia atendido 40 mil mulheres na faixa etária de 35 a 49 anos. Inicialmente, o Programa teve abrangência limitada a apenas cinco regiões metropolitanas.

Consciente de que o melhor remédio para essa forma de câncer é a prevenção, o Ministério da Saúde lançou, em 1998, o Programa Nacional de Prevenção do Câncer Uterino, desta feita em todo o território nacional, com a meta de realizar exames preventivos em quatro milhões de mulheres, na faixa etária de 35 a 49 anos. Devemos frisar a necessidade de tais programas serem permanentes, uma vez que a prevenção deve ser anual. Seria ainda desejável que o universo de mulheres atendidas fosse ampliado para faixas etárias inferiores, uma vez que mulheres com menos de 35 anos, em plena atividade sexual, estão também sujeitas a contrair o câncer uterino.

Para enfrentar o câncer de mama no Brasil, o INCA criou um grupo de trabalho, que definiu as estratégias adequadas para o enfrentamento dessa neoplasia. Essas estratégias visam a orientação de 500 mil mulheres e a capacitação de 100 mil profissionais de saúde. No quadriênio 1994 a 1997, foram realizados, no SUS, mais de 2 milhões e meio de mamografias.

Outro pólo de preocupação está nas Doenças Sexualmente Transmissíveis e na AIDS. Em 1995, foram registrados 4.119 casos de infecção pelo HIV em mulheres. Tem-se observado um aumento dessa infecção na população feminina, que chegou à relação de uma mulher para cada três homens doentes. O Ministério da Saúde, no tocante a esse aspecto, estabeleceu como metas: proteger e tratar gestantes portadoras do vírus HIV para evitar a transmissão aos seus bebês; reduzir a incidência de sífilis congênita; e capacitar profissionais para prevenir e controlar as DSTs e a AIDS.

Há outro aspecto da saúde da mulher, Senhor Presidente, que deve merecer nossa particular atenção. Sobre ele, inclusive, têm se manifestado, nesta

Casa, diversos parlamentares. Trata-se da gravidez na adolescência, fato deveras preocupante. Segundo dados do IBGE e da OMS, cerca de 1 milhão de adolescentes, entre 12 e 19 anos, tornam-se mães a cada ano. Esse número é reconhecidamente assustador. O paradoxo de tudo isso é que a taxa de fecundidade no País está em declínio, apresentando redução em todas as faixas etárias, exceto entre 15 e 19 anos.

Sabemos que a gravidez precoce está associada a repercussões psicossociais negativas na vida do jovem e de sua prole. Para se ter uma idéia da gravidade da situação, foram realizados, em 1996, mais de 707 mil partos na faixa etária de 10 a 15 anos, e mais de 53 mil abortos. É uma realidade que demanda estratégias intersetoriais, envolvendo principalmente os setores de saúde e educação. O Ministério da Saúde tem um programa específico para tratar da Saúde do Adolescente, o PROSAD, que estabelece as diretrizes políticas e as estratégias nacionais visando a promoção e a proteção da saúde de adolescente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, as mulheres representam 50,7% da população brasileira. Constituem 49,8% do eleitorado. Totalizam 40,1% da população economicamente ativa. São números expressivos, certamente.

Mas muito mais expressivo é o reconhecimento que devemos ter acerca dos direitos das mulheres à saúde. Esse sempre será o primeiro passo. Mas não o único. Reconhecer tais direitos é usar nossa voz para sensibilizar corações e mentes. É empunhar a representatividade de nossos mandatos como bandeira de convencimento. É desembainhar nossas armas para lutarmos por ações mais efetivas de todas as instâncias de governo em favor de ações efetivas e eficazes. Tudo em prol do atendimento à saúde integral de todas as mulheres brasileiras.

Assim fazendo, estaremos reafirmando, ao fim e ao cabo, nosso compromisso diante da perpetuação da vida!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, participei no dia 19 último, em Fortaleza, do I Seminário Cearense de Pesca, ou, abreviadamente, o I SEMCEPESCA, que se voltou para o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira na costa cearense.

Para realizar o evento, deram-se as mãos o Sindicato de Pequenos e Médios Armadores de Pesca do Estado do Ceará-SINDIPESCA e o Sindicato da Indústria de Frio e Pesca do Estado do Ceará-SINDFRIIO. Essas entidades receberam, por sua vez, o apoio do Sebrae, da Federação das Indústrias do Estado do Ceará-FIEC, que sediou o encontro, e das prefeituras de Fortaleza, Beberibe, Aracati, Icapuí e Camocim.

Poderia ter sido, Sr. Presidente, um seminário como tantos outros que se realizam pelo Brasil afora, em que há muita palavra e pouca ou quase nenhuma ação. Mas com o I SEMCEPESCA foi diferente, e pelo menos por duas razões principais: a primeira, por reunir simultaneamente governo, parlamento e iniciativa privada; e a segunda, por entrar direta e objetivamente no âmago questão, quer dizer, na necessidade de enfrentar de frente a penúria em que se acha o setor com base em proposta concreta e bem fundamentada da renovação da frota pesqueira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, estavam lá, em torno da mesa, técnicos e especialistas no assunto, representantes dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento, secretários do governo do Estado, prefeitos de municípios pesqueiros, juntamente com deputados e senadores e com empresários e trabalhadores da pesca. E o diagnóstico foi unânime: a pesca perdeu, nos últimos dez anos, posição relativa na economia cearense, e sobretudo a liderança na pauta de exportações, por causa do envelhecimento e obsolescência das embarcações.

Ora, Sr. Presidente, já entrando no século XXI, a frota pesqueira cearense é, em sua maioria, a vela e a remo: de um total de 5.094 embarcações, temos 383 jangadas, 482 botes de casco, 1.226 canoas e 1.610 paquetes, todos movidos a vela. E 174 botes a remo. São, portanto, 76% das embarcações a vela ou a remo. Como poderemos competir com esse nível tecnológico em plena sociedade do conhecimento?

Somente mesmo muito heroísmo para, em condições tão precárias, conseguir-se capturar ainda assim R\$ 50 milhões de pescado, dos quais a metade devido à lagosta. Em 1991, esse valor alcançou R\$ 200 milhões, com a lagosta atingindo a R\$ 94,4 milhões. É lógico que, naquele ano, o Ceará contava na sua frota, embora em número modesto, com embarcações mais modernas, as quais,

hoje, em boa parte, estão pescando no litoral do Maranhão e do Pará.

O mais grave, porém, é que está refletido na queda da produção, como também da produtividade (menos de ¼ da canadense e da norte-americana), diz respeito à depredação ambiental que acaba acontecendo pelo fato de quase todas essas embarcações pescarem exclusivamente em águas rasas. E como é expressivo o número delas, não há jeito de o IBAMA exercer plenamente a fiscalização, de modo que o defeso da lagosta, no início, de dois meses, já aumentou para quatro e, mesmo assim, o problema continua.

Que fazer então, diante dessa realidade. Que solução trazer para uma atividade econômica cuja cadeia produtiva oferece emprego direto a perto de 30 mil pessoas no Ceará?

O pressuposto básico, Sr. Presidente, para orientar qualquer decisão a respeito é, sem dúvida, que essa atividade passe a ser sustentável, quer dizer, que se torne competitiva nos mercados nacionais e internacionais, oferecendo vida digna e decente a todos que a praticarem, sem que, para tanto, provoque danos irreparáveis ao meio ambiente.

As entidades de classe presentes ao I SEMCEPESCA, representando armadores de pesca, indústrias pesqueiras, pescadores e aquicultores, bem como dirigentes de órgãos públicos e técnicos ligados ao setor, firmaram a Carta de Fortaleza, em que são propostas as seguintes medidas:

- "Mudar a matriz produtiva, eliminando os interesses corporativos na pesca da lagosta;
- Substituir a frota lagosteira por barcos mais adequados e modernos que possam desenvolver a atividade com maior eficiência ambiental e econômica, assegurando os direitos a todos os envolvidos na pesca;
- Estado é o principal ator do processo de renascimento da pesca da lagosta e, como tal, deve liderar a implementação das ações propostas pelo setor produtivo, por intermédio do Departamento de Pesca e Aquicultura, do Ministério de Agricultura;
- Utilizar a frota sucateada como refúgios e atratores artificiais, possibilitando a melhora na captura do peixe;

- Reanimar economicamente a atividade pesqueira como forma de descomprimir o esforço da pesca da lagosta;

- Resgatar as propostas constantes do Plano de Ordenamento da Lagosta do Estado do Ceará, adaptando suas decisões para a pescaria desta espécie em todo o País; e

- Ativar a Fundação Pró-Lagosta como instrumento de ação do setor pesqueiro."

Como se vê, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, há toda um conjunto de medidas, a partir do qual o Estado, como indutor, e a iniciativa privada, como empreendedora, podem, em parceria, mudar radicalmente – e sem esforços financeiros do outro mundo – uma atividade tão importante para o Ceará, mas que incorpora, ainda, em plena era da Internet, a tecnologia da vela e do remo. Não há, pois outro caminho, senão esse, para combater a baixa qualidade e o preço reduzido do produto, que remunera mal o produtor e gera divisas muito aquém do potencial pesqueiro existente, tudo isso, enfim, com reflexos negativos sobre a marca cearense no país e no estrangeiro.

É crucial, no caso, um programa do governo com a iniciativa privada para o setor pesqueiro que cuide não só da renovação da frota, mas também, e com a mesma ênfase, da educação, da ciência e tecnologia; que se preocupe não apenas com a infra-estrutura, mas igualmente com a política de comercialização.

É preciso, no desenvolvimento dessas ações, considerar as necessidades seja dos grandes seja dos pequenos produtores. Cada um tem as suas peculiaridades, que merecem ser respeitadas. Claro que temos de partir para a pesca em águas profundas com a utilização de embarcações e tecnologias modernas e avançadas. Mas, do mesmo modo, não podemos esquecer, por exemplo, a pesca artesanal em águas rasas, em que avulta a figura do jangadeiro sobre o seu frágil lenho, uma tradição que há séculos habita a costa cearense e que há de ser preservada e cultivada como patrimônio cultural da nossa terra.

É, dentro, pois, dessa linha de pensamento, que, finalizando, Senhor Presidente, destaco o I SEMCEPESCA e passo a formar, ao lado dos que compõem o setor pesqueiro em meu Estado, a corrente que vai ajudar a promover as reformas fundamentais de que ele tanto necessita para ser competitivo nos mercados, sem prejudicar o meio ambiente, a

fim de oferecer vida digna e decente a todos que o Ingram, independente do tipo, porte, tamanho e natureza do negócio e da embarcação.

Sr. Presidente, um outro assunto traz-me à tribuna.

A imprensa e a política cearense perderam, um de seus nomes mais significativos. Faleceu na madrugada deste domingo, aos 73 anos, o jornalista Dorian Sampaio. Dorian Sampaio teve um infarto agudo do miocárdio enquanto dormia, em sua residência. De seus casamentos com Otacília Drummont Sampaio (falecida) e Maria Isabel Nóbrega, ele teve seis filhos. A vida de Dorian Sampaio foi marcada por uma sucessão de fatos que viraram páginas na história da imprensa cearense, bem como sua forte atuação na política. Juntamente com Jäder de Carvalho fundou o **Diário do Povo**, depois o **Ceará Jornal**. Atuou ainda como diretor da Gazeta de Notícias, superintendente da Rádio Uirapuru, colunista de assuntos econômicos do **Correio do Ceará** e comentarista de mercado de capitais da TV Ceará, atividade pela qual Dorian ficou à frente por cerca de 30 anos. Atualmente o jornalista estava atuando como articulistas do jornal O Povo. Como político, Dorian Sampaio exerceu quatro mandatos sucessivos. Dois como vereador de Fortaleza (1958 e 1962) e dois com deputado estadual (1962 e 1966). Por ser de oposição, teve seu mandato de deputado cassado com a vigência do AI-5. O trabalho realizado por Dorian deixará marcas que caracterizam uma imprensa viva e voltada principalmente para a defesa das causas democráticas. A morte do jornalista Dorian Sampaio deixa uma lacuna na vida cultural cearense. Comunicador de alto nível, intelectual de competência inquestionável, é de se lamentar profundamente sua morte.

Vocação política

Dorian Sampaio nasceu em 1927, no Rio de Janeiro, mas foi criado no Ceará pela tia, Olívia Xavier, então diretora da Escola Normal. Apesar de ter sido nomeado professor da Faculdade de Odontologia, em 1951, exerceu o cargo apenas por 18 meses.

Sua verdadeira vocação era o jornalismo, carreira na qual ingressou em meados da década de 40 pelas mãos de Jäder de Carvalho. "Tinha um bom texto, destemperado como os da nossa geração. Nós éramos os últimos panfletários, seguindo o exemplo de Jäder de Carvalho", lembra Adísia Sá, subordinada de Dorian na época.

A dedicação ao noticiário não o impediu de atuar na carreira política. Em 1954, foi eleito vereador pelo PSD, tendo sido reeleito em 1958. Neste período, se licenciou das atividades docentes. Chegou a ser presidente da Câmara de Vereadores, mas devido a diversas pressões terminou renunciando ao cargo seis meses depois.

Em 1960, foi eleito deputado estadual, sendo reeleito quatro anos depois. Nesta época, foi o segundo deputado mais bem votado do Ceará. Dorian pertenceu ao antigo PSD até a extinção do partido.

Com o golpe militar, Dorian ingressou no MDB. Em 1969, com a suspensão dos direitos políticos pelo AI-5, o jornalista teve o mandato cassado e foi preso por duas vezes. O regime militar impediu-lhe ainda de voltar a lecionar. Sem emprego, passou um breve período como dentista. Voltou ao jornalismo sem poder falar do que mais gostava – a política – e tornou-se comentarista econômico.

Passou para o PMDB com a reforma partidária e, em 1982, foi candidato derrotado ao Senado. Em 1990, candidatou-se pelo PDT a deputado estadual, mas também não foi eleito. Pouco depois, Dorian Sampaio regressava ao PMDB para compor o grupo dos "históricos" do partido.

Em meados de 1984, entrava em circulação em Fortaleza o Jornal do Dorian, o JD, cujo slogan era "A coragem de dizer a verdade". Segundo ele, o principal objetivo do diário era o de fugir ao jornalismo puramente informativo, fomentando a formação de opiniões. Elaborado por uma equipe que dizia-se de esquerda, o JD assumia seu papel de oposição à administração do governador Tasso Jereissati. Em 1989, em meio a forte crise financeira, o JD fecha.

Desde 1970, Dorian editava o **Anuário do Ceará**. Nos últimos anos, a publicação era feita em parceria com a Fundação Demócrito Rocha. Ele costumava definir a coleção como sendo o registro das contemporaneidades para servir de subsídio documental aos que, no futuro, pretendam escrever, com fidelidade, a História do nosso Estado".

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 1999**

Segundo dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mauro Miranda, que altera o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando, por dez anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos do total dos recursos destinados à irrigação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, tendo

Parecer favorável, sob nº 300, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara.

- 2 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 166, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 1999 (nº 22/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Cardoso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cardoso, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 982, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

- 3 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 173, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 1999 (nº 11/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Costa Azul FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.040, de 1999, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenções dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres e da Senadora Heloísa Helena.

- 4 -

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 224, DE 1999**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 224, de 1999 (nº 50/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Riograndense para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 1999, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Fogaça, com abstenções da Senadora Heloísa Helena e dos Senadores Roberto Saturnino, Jefferson Peres e Geraldo Cândido.

- 5 -

REQUERIMENTO Nº 259, DE 2000

Votação, em turno único, do Requerimento nº 259, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto do Senado nº 53, de 2000-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

A SRA. PRESIDENTE (Thelma Siqueira Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 32 minutos.)

(OS 14363/00)**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****Convocação**

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 9ª Reunião do Conselho a realizar-se no dia 31 de maio do corrente ano, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do parecer do Senador Jefferson Peres, na condição de relator da Representação nº 2, de 1999.

Brasília, 17 de maio de 2000. – Senador **Ramez Tebet**, Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 586, DE 2000****PUBLIQUE-SE**

EM 30.05.00

Diretor de SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o deferimento do Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário do Senado Federal às fls. 118 do Processo SF n.º 003872/98-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea b, da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ESMERALDA ENY DE OLIVEIRA FRANIO, na qualidade de companheira, na proporção de 1/1 (um inteiro) dos proventos que percebia o ex-servidor CARLOS DO CARMO MOREIRA, a partir 19/08/1998.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/05/00
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 587, DE 2000**

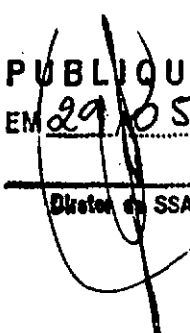
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº. 395/2000, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 2022, de 07/04/2000, que nomeou **JOÃO LUZ DE BARROS NETO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela, em virtude de não haver tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei 8.112/90.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/05/00

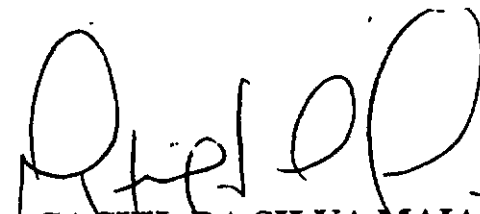

Diretor de SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 588, DE 2000**

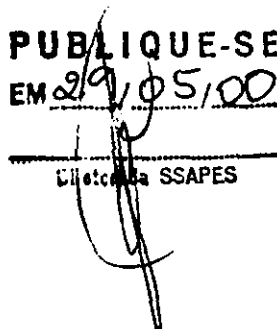
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007189/00-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DOMINGOS ANTÔNIO CAMPAGNOLO**, matrícula 30981, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Ribamar Fiquene, a partir de 26 de maio de 2000.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE
EM 29/05/00

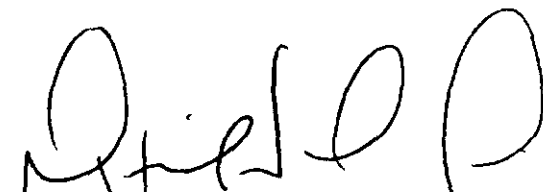

Diretoria SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 589, DE 2000

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007061/00-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA ELZA ARAÚJO CAMILO**, matrícula 30717, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLIQUE-SE

EM 29/05/00

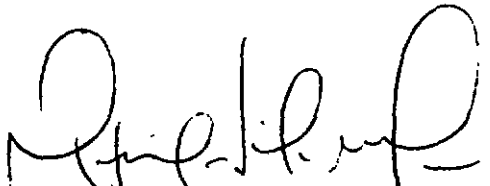
Diretor da SSAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 590, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007061/00-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUANA CRISTINA RODRIGUES ARAÚJO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

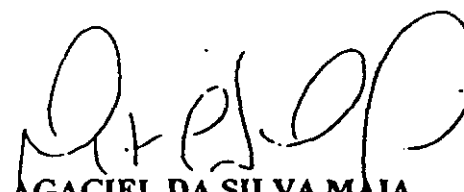
PUBLIQUE-SE
EM 29/05/00
Diretor da SGPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 591, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007177/00-4,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO DE SOUZA CINTRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ribamar Fiquene.

Senado Federal, 29 de maio de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloisa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) – SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265
311-4552

SECRETARIA - GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)

DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)

JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)

CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)

HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:	CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
		- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
	CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
		- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: (3515)
	CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
		- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
		- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
		- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
	CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
		- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. F. AN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2161/2167	2. JOSÉ CARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4021	3. J. MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. J. DER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4082	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPIANO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. VAGO		
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrco@senado.gov.br

2.1) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

Presidente: SENADORA MARLUCE PINTO
Vice-Presidente: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
Relatora: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

2.2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

SL BCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Presidente: SENADOR LUIZ ESTEVÃO

Vice-Presidente:

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO MARLUCE PINTO	DF-4064/65 RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA DJALMA BESSA	MS-1128/1228 BA-2211/17
PSDB	
ANTERO DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PT)	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jraco@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4066
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3056/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
VAGO			5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado a partir de 26/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

Presidente:
(9 titulares)

PMDB	
AMIR LANDO GERSON CAMATA PEDRO SIMON	RO-3130/32 ES-3203/04 RS-3230/32
PFL	
DJALMA BESSA ROMEU TUMA	BA-2211/17 SP-2051/57
PSDB	
ÁLVARO DIAS ARTUR DA TÁVOLA	PR-3206/07 RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO – PT EMILIA FERNANDES – PDT	RJ-2171/77 RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

Presidente: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
Relator: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(6 titulares e 6 suplentes)

PMDB			
JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/67
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/57
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/07
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)			
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PPB			
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999, e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

IÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

ETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
ONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
11-3121

E: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – T	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO–PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074
ARLINDO PORTO PTB (cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
VAGO			5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Atualizada em :27/03/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/5/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/5/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA								
CARGO	TITULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX	
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621	
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191	
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470	
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960	

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPR									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	LUIS RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

[Http://www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br) (botão de Comissões Mistas)

e_mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2. Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



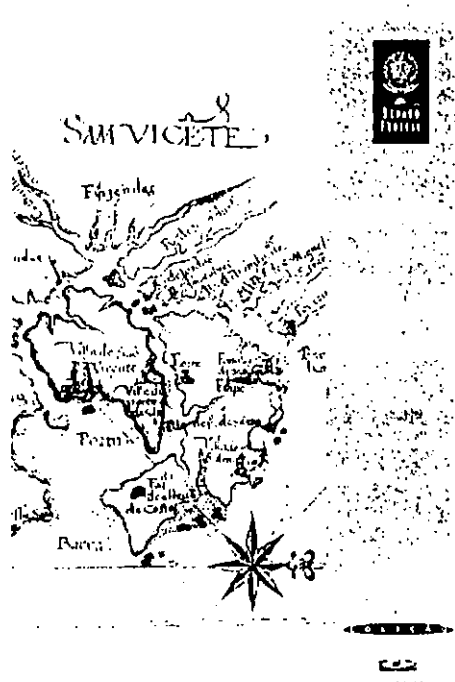
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência 3602-1, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código de //finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS